

Caderno de debates

5

Zona portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos

Organização:

Rachel Barros, Anelise Gutterres e
Joana Barros



Caderno de debates 5

Zona portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos

Organização:

Rachel Barros, Anelise Gutterres e

Joana Barros

Rio de Janeiro, maio de 2015

Realização



Apoio



Caderno de debates 5
Zona portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos

FASE - Solidariedade e Educação
Rio de Janeiro/RJ - 2015
1ª edição

ISBN 978-85-86471-76-6

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ).

Organização: Rachel Barros, Anelise Gutterres e Joana Barros
Revisão dos textos: Ana Redig, Anelise Gutterres, Rachel Barros, Gilka Resende, Aercio Oliveira
Fotos: Luiz Baltar
Projeto gráfico e diagramação: Flávia Mattos
Impressão: 3graf
Tiragem: 1.000 exemplares

Zona portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos

Sumário

05. Apresentação

09. A Cidade que queremos...

Evanildo Barbosa da Silva

13. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro: relações de poder e a luta pela efetivação de territórios

Letícia Giannella

27. Experiência cartográfica na Pedra Lisa - resistência e habitação popular na região portuária do Rio de Janeiro

Anelise Gutterres

41. Onde estão os recursos da venda dos CEPACS para o programa de atendimento econômico e social da população diretamente afetada pelo projeto Porto Maravilha?

Isabel Costa Cardoso

51. Mulheres, gênero e a área portuária: perspectiva do reconhecimento na política urbana

Rossana Tavares

59. Herança Africana reconhecida ou ameaçada? Disputas em torno do legado negro na zona portuária

Sandra de Sá Carneiro

73. Mobilizando-se - entrevista com integrante da Comissão de Moradores do Morro da Providência

Anelise Gutterres e Rachel Barros

87. Fotografar a zona portuária: um relato de experiência

Luiz Baltar

Apresentação

Do ponto de vista quantitativo, não há dúvidas sobre a importância dos espaços urbanos para a compreensão das atuais dinâmicas em sociedade. Hoje temos mais de 84% da população brasileira vivendo no meio urbano. Os principais polos econômicos e turísticos, além dos melhores postos de trabalho, são estabelecidos nesse ambiente. Mas ultrapassando a percepção numérica, conseguimos visualizar o surgimento de dinâmicas específicas de produção do espaço, que se convertem em marcos na execução de políticas públicas e propiciam novas análises e conceitos sobre o presente modelo de desenvolvimento urbano.

Ideologicamente, as mudanças em curso já estavam na esfera pública desde a década de 1990, mas somente agora ganharam escopo e investimentos financeiros suficientes para serem postas em prática. Nesse contexto, as desigualdades sociais se aprofundam nas cidades. E o Rio de Janeiro, apesar de ser uma das capitais com maior circulação de recursos, intensifica processos de violações de direitos sociais, especialmente no que tange ao Direito à Cidade.

O Porto Maravilha, iniciado em 2009, pode ser considerado o símbolo maior dessa realidade. Com investimentos da ordem de bilhões, entre recursos públicos e privados, as intervenções do projeto são igualmente amplas: vão da construção de equipamentos para os megaeventos esportivos passam por mudanças no sistema de transporte e por projetos socioculturais, e incluem até mesmo a construção de prédios empresariais e residenciais. Tal iniciativa coloca em prática medidas cada vez mais atreladas aos interesses econômicos e às dinâmicas de controle e cerceamento violento.

Nos últimos quatro anos, o Rio de Janeiro se tornou um grande canteiro de obras, sendo a região portuária a parte mais drasticamente afetada. Máquinas a pleno vapor anunciavam que as promessas sobre o “novo e o moderno”, presentes nos discursos governamentais, seriam cumpridas com êxito. Mas

concomitante a essas transformações, revestidas de positivities, estão interesses que convertem essas medidas em segregação socioespacial, algo pouco visível à maioria da população carioca.

Quais são as formas de organização do espaço urbano no século XXI? Por que os processos de “revitalização” tornaram-se um fenômeno nas principais capitais turísticas do mundo? Como esta dinâmica se relaciona ao modelo de desenvolvimento econômico em curso? Quais os seus impactos sobre a vida daqueles que habitam os grandes centros? Quem ganha e quem perde com o atual modelo de desenvolvimento urbano? Reflexões sobre essas questões dão a tônica do *Caderno de Debates - Zona portuária do Rio de Janeiro*.

As mudanças que vêm ocorrendo nos centros urbanos são discutidas na publicação a partir dos impactos gerados pelo projeto Porto Maravilha, espelho do atual modelo de desenvolvimento urbano. Nos textos, fica patente uma das principais características dessa intervenção: o embate entre a garantia do Direito à Cidade e os interesses econômicos; além dos diferentes tipos de violações que derivam da sua execução. O artigo de Evanildo Barbosa “*A Cidade que queremos...*” reafirma a necessidade de trazer à tona o debate sobre a construção de espaços coletivos de forma democrática. E esse exercício nos leva a reconhecer os principais desafios a serem enfrentados, como a identificação dos interesses envolvidos, dos grupos mais impactados e dos conflitos de classe.

Os processos de disciplinamento e de disputas do espaço são debatidos por Letícia Giannella no texto “*A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro: relações de poder e a luta pela efetivação de territórios*”. Embasada pelos conceitos de *território* de Marcelo Lopes Souza e *biopoder* de Michel Foucault, ela mostra como a organização da cidade pelos urbanistas foi um instrumento para garantir o controle de parcelas da população carioca, estratégia essa que ainda hoje se repete no Porto Maravilha. A renovação da zona portuária do Rio de Janeiro expressa, portanto, um modelo de reurbanização das cidades que gera conflitos e tenta manter invisíveis os grupos menos favorecidos, mas, ao mesmo tempo, expressa a luta e a resistência desses grupos para produzir e garantir seu território de vida.

O relato etnográfico de Anelise Gutterres “*Experiência cartográfica na Pedra Lisa – resistência e habitação popular na região portuária do Rio de Janeiro*” aponta para o histórico de resistência dos moradores da região portuária, particularmente dos da Pedra Lisa. Ela narra o episódio de elaboração de uma cartografia do local como forma de apreensão das histórias de resistências às diversas tentativas de remoção pela quais passaram os moradores da primeira favela do Brasil. O artigo apresenta as divisões e subdivisões territoriais que estas intervenções criaram, além de dialogar com os demais textos da publicação no que tange ao impacto da reapropriação mercadológica da história de surgimento desse lugar.

Partindo do ponto de vista legal, Isabel Cardoso mostra em “*Onde estão os recursos da venda dos CEPACS para o programa de atendimento econômico e social da população diretamente afetada pelo projeto Porto Maravilha?*” como a Operação Urbana Consorciada (OUC) do Porto Maravilha não cumpre o regulamento, estabelecido por lei, que determina a implementação do Programa de Atendimento Econômico e Social da população afetada pelo projeto. Ela frisa especialmente como o montante de recursos obtidos pela venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACS) não é destinado à implementação do programa, e como o não cumprimento dessa medida aumenta os impactos negativos das obras na região. Essa situação acaba por aprofundar as disparidades sociais de um projeto que tem claro cunho de especulação imobiliária e gentrificação – dois fenômenos que combinados são hoje os principais responsáveis pela expulsão dos pobres das áreas centrais e pelo aumento das desigualdades nas cidades.

Já o texto “*Mulheres, gênero e a área portuária: perspectiva do reconhecimento na política urbana*”, de Rossana Brandão, debate os impactos do atual modelo de urbanização com foco na questão de gênero e no papel das mulheres na política urbana. Reconhecendo as mulheres negras como o principal grupo que chefia os lares das favelas da região portuária carioca, a autora aponta para a invisibilidade de seus corpos na definição e planejamento das políticas públicas e para o reforço de seus estereótipos tradicionais. A partir desta reflexão, apresenta as noções de *reconhecimento* e *redistribuição* de Nancy Fraser como elementos importantes para incorporar ao debate urbano as consequências das desigualdades de gênero na cidade.

O processo de patrimonialização pelo qual passa a cultura negra na região portuária é um bom exemplo para se pensar na onda de comercialização e mercantilização das tradições culturais da população negra. Esse é o ponto de partida do artigo de Sandra Carneiro “*Herança Africana reconhecida ou ameaçada? Disputas em torno do legado negro na zona portuária*”, que mostra como a região, berço da história do negro no Rio de Janeiro, tem se tornado um objeto de disputa dentro do projeto de “revitalização”. As leis e os diferentes projetos que objetivam resgatar a história negra local tanto criam uma visão positivada e turística da história do negro quanto fazem emergir disputas pelo verdadeiro sentido da herança cultural dos que habitam os principais pontos históricos da região.

Mais do que analisar, importa reconhecer a experiência de quem vive as transformações da região portuária no seu cotidiano. Márcia Regina de Deus, moradora há mais de 40 anos da favela da Providência, é uma das figuras emblemáticas da luta contra a remoção forçada promovida pela prefeitura carioca. Enfrentando os desafios para garantir o direito à moradia, ela fala sobre temas como: organização coletiva, associação de moradores, Direito à Cidade e os megaeventos, e a relação entre desenvolvimento urbano e segurança pú-

blica. A história de vida de Márcia é um exemplo da resistência das moradoras da região portuária do Rio de Janeiro.

Finalizamos a publicação com o relato de um profissional da fotografia que converteu o seu trabalho em militância e tem feito sensíveis registros das transformações que vêm ocorrendo na cidade dos megaeventos. Através do projeto “Tem morador”, Luiz Baltar fotografou favelas do Rio que sofreram impactos do atual modelo de desenvolvimento urbano. Seu relato “*Fotografar a zona portuária: um relato de experiência*”, mostra que ele faz da arte um instrumento de valorização dos espaços vistos como “vazios” de vida, do cotidiano de seus moradores e dos processos de resistência.

A partir de diversas abordagens, a publicação *Caderno de Debates - Zona portuária do Rio de Janeiro* faz um convite à reflexão sobre como as políticas públicas e projetos urbanísticos têm sido implementados, bem como traz elementos para pensarmos em possíveis soluções frente às atuais dinâmicas nos grandes centros urbanos. Esperamos que as provocações instigadas pelos artigos sirvam de insumos para novos estudos e iniciativas que primem pela garantia do Direito à Cidade.

Boa leitura!

A Cidade que queremos...

Evanildo Barbosa da Silva¹



Menino soltando pipa no Morro da Providência

Luiz Baltar

São muitas e até inúmeras as expectativas, crenças, teorias, desejos, construções utópicas, poéticas ou não sobre essa ideia genérica que habita em nós quando nos inclinamos a perguntar sobre “que cidade queremos”. Ainda bem que isso é possível como pensamento... E, só parece ser possível como materialização porque a cidade (outra ideia genérica que se constitui lentamente sobre nós ao longo dos séculos) é um lugar catalisador de muitas possibilidades, de muitas realizações, de muitos encontros e desencontros entre formas de vida, e também de sua inviabilização. Ao nos perguntamos “que cidades queremos” logo se saberá estar diante de um desafio de difícil enfrentamento dado que alguma resposta efetiva não dependerá só de nossas vontades, ou seja, só da vontade de quem pergunta. Portanto, há que primeiro se identificar quem (classe ou grupo social) fez e faz pergunta tão desafiadora. Afinal, a antropologia social urbana (e também outras disciplinas, alias esta é uma questão para a filosofia, desde os gregos, que se traduzia num debate sobre a vida em comum e a política) deve ter em seu catálogo uma quantidade enorme de tipos de grupos ou categorias de grupos que vagueiam nas chamadas “sociedades complexas” urbanas. Por isso, e desde muito tempo, a cidade que queremos é uma questão que habita o horizonte de nossa própria existência individual (o que “meu eu” tem a ver com essa questão) e coletiva (como cada pessoa compartilha e exerce alguma “força cívica” que seja capaz de extrapolar os limites da individualidade ou de determinada fração social que coabita, ali e acolá o quase mesmo espaço urbano).

Por suscitar muitas possibilidades, a ideia genérica que entorna a questão “que cidades queremos” está conduzida (e conduz) de outra igualmente importante: a questão democrática aplicada à experiência própria de se fazer cidades (prefiro a expressão “de se exercer cidadanias”) sob o manto sagrado da

1 Evanildo Barbosa da Silva é historiador e doutor em desenvolvimento urbano pela UFPE e diretor da FASE.

larga e desejada “democracia como direito”. Isso acontece para afastar a tentação de se fazer cidades (digo, “de se exercer cidadanias”) como concessão de direitos. Alguns gestores públicos se julgam acionistas prioritários dos direitos e, portanto, podem concedê-los se assim o quiserem – direitos que antes são humanos porque são coletivos, e coletivos porque não se realizam nem como desejo nem como ação a partir do signo da concessão, senão da luta política!.

Pois bem! Inspirado no desejo de “cidades que queremos” se transmutar numa expectativa mais recortada de “direito à cidade” é que o ideário reformista urbano das últimas três décadas procurou responder a essa pergunta sobre que “cidades queremos” a partir de quatro pontos básicos. Eles vieram a público como pauta política, social e coletiva, representativa de uma fração popular da sociedade, a saber: (i) a gestão democrática da cidade (olha ela aí!), cujo objetivo seria ampliar o espaço da cidadania e da eficácia e eficiência da política urbana; (ii) a reforma das relações intergovernamentais e das relações entre governo e sociedade, que se traduziria num apelo à efetivação de espaços e processos participativos locais (outra vez a questão democrática aplicada agora à ideia de gestão pública e participativa); (iii) a regulação pública do solo urbano, na perspectiva de introdução de novos instrumentos de política fundiária e da função social da propriedade urbana e (iv) a inversão de prioridades no tocante à política de investimentos urbanos, cujo objetivo seria promover meios equilibrados de consumo face ao fenômeno da espoliação urbana sobre os mais pobres e sobre suas perspectivas limitadas de acesso e de uso das próprias cidades. Aqui reside uma importante declaração direta sobre que “cidades que queremos” visando reduzir, enfrentar, remediar o problema da injustiça sobre aqueles e aquelas que são mais seriamente impactados pela desigual divisão do “bolo social” e sobre a forma de acesso a bens e recursos públicos que se produz coletivamente nas cidades, assim como sobre os recursos naturais que ainda subexistem no tal espaço urbano.

Como estamos no plano dos desejos (“a cidade que queremos”) vale dizer que, pela generalidade que determinaria a aplicabilidade desse intento como direito, há um incansável exercício em curso no sentido de não deixar caducar a pauta acima aludida. Por isso os desejos são outra vez expressos em plataformas e outros ganhos institucionais (e institucionalistas) fora, e especialmente dentro, do aparato governamental. Dizemos: queremos uma cidade com o direito a serviços básicos (moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte coletivo, saúde, educação, cultura, trabalho, lazer, segurança, dentre outros possíveis e recentes como inclusão social, segurança alimentar, justiça ambiental...) Isto posto, mãos à luta para que a “cidade que queremos” ganhe materialidade. Não é luta fácil nem tranquila. Há embates, conflitos e guerras já que a cidade que queremos é pensada desde nossos desejos e necessidades (melhor dizer, direitos!) sob o argumento de que “o que queremos” é bom para todos e todas, mas, sem a certeza que esses outros não estejam

fazendo sua “fezinha” também. Milton Santos não tinha dúvidas da “fezinha” do outro: falava das determinações que exerciam os “centros de comando” sobre esses e muitos outros desejos ligados às transformações dos territórios urbanos segundo os interesses do capitalismo. Ou seja, Milton Santos alertava sobre o outro que não só não deseja uma cidade como direito, mas que a transforma à sua imagem e semelhança.

Triste dizer, mas a “cidade que queremos” está longe demais de chegar a um ponto médio de cidadania e justiça para todos e todas. As mulheres e os jovens pobres e negros do Brasil são os que mais desigualdades enfrentam para poderem ter algum acesso ao que existe como serviços públicos. As áreas mais consolidadas e dotadas de condições essenciais de direitos são aquelas habitadas pelos mais ricos, sobrando aos demais a distância das áreas centrais, as áreas ambientalmente degradadas e ou precariamente urbanizadas. É contra isso que lutamos. Bem quem os caçulas dos “centros de comando” do capital nas cidades brasileira poderiam se dar ao luxo de parodiar o Mestre Gentileza (“gentileza gera gentileza”) e adotar pra si e pra sua experiência histórica de classe social o lema “cidadania gera cidadania”. Mas, não se pode iludir que isso seja escutado, afinal, o individualismo é a alma da reprodução dessa classe.

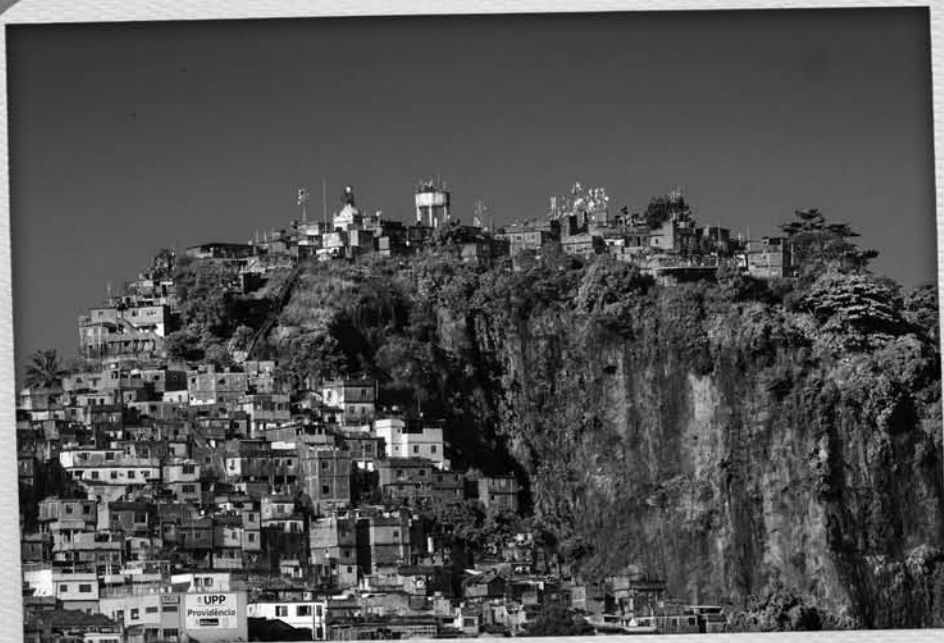
Por isso, vamos pensar entre nós mesmos com o auxílio luxuoso de David Harvey: ao não abrírmos mão de produzirmos coletivamente nossas cidades, produziremos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em consequência projetos referentes a possibilidades humanas, a quem queremos ou, o que talvez seja mais pertinente, a quem não queremos vir a ser. Cada um de nós, sem exceção, tem algo a pensar, a dizer e a fazer no tocante a isso. Harvey acentua ainda: a maneira como nossa imaginação individual e coletiva funciona é portanto crucial para definir o trabalho da urbanização. A reflexão crítica sobre nosso imaginário envolve todavia tanto enfrentar o utopismo oculto com ressuscitá-lo a fim de agir como arquitetos de nosso próprio destino em vez de como ‘imponentes marionetes’ dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos. Se como diz Mangabeira Unger, aceitamos que a ‘sociedade é construída e imaginada’, podemos também crer que ela pode ser ‘reconstruída e reimaginada’, como sugere David Harvey.

Acho que é isso que lemos agora. E, para não esquecermos a alegria de viver, apesar da tristeza que tem sido viver nas cidades reais, cantemos a utopia de outro mestre:

A marcha alegre se espalhou na avenida e insistiui
A lua cheia que vivia escondida surgiu
Minha cidade toda se enfeitou
Pra ver a banda passar cantando coisas de amor
(A banda – Chico Buarque de Hollanda)

A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro: relações de poder e a luta pela efetivação de territórios ¹

Leticia Giannella ²



Vista do Morro da Providência

Luiz Baltar

O espaço portuário carioca está na moda. Diariamente, ao folhear qualquer jornal de grande circulação da cidade, nos deparamos com alguma notícia referente à área. E se o leitor fizer uma rápida pesquisa com o termo “Porto Maravilha” no *Google*, encontrará centenas de milhares de resultados. Tal expressividade decorre da implementação do projeto Porto Maravilha e da promessa que este projeto carrega no imaginário social citadino de realização de sonhos latentes, já esquecidos ou nunca sonhados. “Um sonho que virou realidade”, “uma nova cidade está nascendo” e “o projeto Porto Maravilha vai trazer nova vida para a região portuária da cidade” são alguns dos *slogans* da intervenção que povoam o imaginário da população carioca.

O que exige um olhar mais atento, entretanto, é o paradoxo existente entre a popularidade atual da Zona Portuária e a invisibilidade dos sujeitos que vêm historicamente produzindo este espaço. O jornal carioca *O Globo*, por exemplo, em sua versão digital, abre reportagem sobre o projeto Porto Maravilha e outros similares, louvando-os, com o seguinte título: *A cidade renasce das ruínas*. Em seguida vem a sentença: “de ruas mal iluminadas, imóveis abandonados e ocupações irregulares surgem áreas reurbanizadas, com forte potencial de atrair investidores, turistas e moradores” (Rocha, Motta & Vasconcelos, 2010, não paginado).

Passa-se, assim, a ideia de que esse espaço está morto e, sendo assim, é necessário revitalizá-lo, dar-lhe a vida. Através dessa construção discursiva os moradores atuais da Zona Portuária e seus antecessores se tornam invisíveis para o restante da cidade e do mundo e são, portanto, excluídos dos processos

1 Alguns trechos do artigo estão publicados em Giannella (2012, 2013).

2 Letícia Gianela é doutoranda em geografia pela UFF.

que decidem os rumos dos seus próprios espaços de vida, ao mesmo tempo em que se legitima perante o restante da população a necessidade da intervenção urbana em questão.³

Essa condição de invisibilidade da população portuária, todavia, não é um fato novo; sua história sendo marcada desde o início por estigmas e por relações de poder que os reforcem. Trata-se de uma população formada, hoje, por pessoas que já sofreram, assistiram ou muito ouviram falar sobre a destruição de lares e a perda de territórios decorrentes da tão falada necessidade de disciplinar a cidade e torná-la civilizada. São pessoas que continuam representando a outra ponta das relações de poder, que é a resistência e que, com isso, vão construindo contracondutas que permitem sua sobrevivência física e simbólica, o que implica na sobrevivência dos seus territórios.

Entendemos aqui o território como um conceito que não somente orienta a análise de determinada realidade, mas também como uma ferramenta para a ação política. Sendo assim, compreendemos o território, em consonância com Souza (2006, 2008a, 2008b), enquanto um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, o que implica em lutas cotidianas imersas nas relações de poder que são configuradas e reconfiguradas a cada instante. O território implica em controle e limite e pode ser analisado e construído desde uma perspectiva mais funcional e material até uma perspectiva mais simbólica ou identitária, ainda que a formação de territórios envolva sempre, em algum momento, a materialização (Haesbaert, 2006). Desta forma, a luta da população portuária pode ser compreendida pelo viés da luta pela apropriação do espaço, o que implica na luta pela efetivação de territórios. Afinal, “se o poder”, como afirma Foucault,

implica sempre resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos subalternos ou ‘dominados’ na verdade estão sempre, também, (re)construindo suas territorialidades, ainda que relativamente ocultas, dentro deste movimento desigual de dominação e resistência. (Haesbaert, 2009, não paginado).

É com base nesta filiação teórica que segue o artigo. Procuraremos, aqui, discorrer sobre a produção histórica do espaço portuário carioca tendo como referência a luta pela efetivação de territórios e, por conseguinte, as relações de poder envolvidas nesta luta. Com finalidade “didática”, nos apropriaremos

3 Ainda que atualmente este processo de invisibilização possa ser teoricamente reconsiderado em um contexto de profundas transformações pós-junho de 2013 – vide a ampla divulgação das contradições do projeto e violações de direitos humanos pela mídia internacional –, nos parece que para boa parte da população citadina o projeto Porto Maravilha continua a ser vista como o redentor de uma área sem vida e, por conseguinte, sem moradores. Ou, ainda, habitada por pessoas cujas vidas não possuem valor.

de Foucault e sua abordagem sobre os distintos mecanismos de poder que sobressaem e se combinam em determinados períodos históricos, procurando estabelecer uma relação entre eles e a produção do espaço em questão.

O início da produção do espaço portuário carioca e o poder soberano

Michel Foucault se refere ao Estado mercantilista do século XVII e início do século XVIII como um Estado policial – e soberano –, tendo a polícia aqui um sentido amplo (Foucault, 2008: 450), que se ocuparia de tudo aquilo que está nas cidades em função do fortalecimento, afirmação e crescimento das forças do Estado moderno.

Daí o fato de que a polícia nos séculos XVII e XVIII foi, a meu ver, essencialmente pensada em termos do que poderíamos chamar de urbanização do território. (...), no sentido estrito dos termos, policial e urbanizar é a mesma coisa. (Foucault, 2008: 452).

É neste contexto que se desenvolve o chamado urbanismo barroco, que tratou de clarificar o espaço a fim de afirmar e dar visibilidade à força do Estado abrindo avenidas, praças, jardins, construindo fortalezas e monumentos. Visava-se, também, destruir as sinuosidades da cidade medieval, que seriam responsáveis por propagar doenças e violências de todos os tipos e por dificultar a sujeição dos súditos ao soberano. Importa rememorar que, nesse período histórico, o Estado se configurava como um ente que deveria ser afirmado, admirado e temido por todos.

Foucault parte de um ponto de vista assumidamente eurocêntrico. Entretanto, mesmo com todas as críticas que possamos fazer à apropriação indiscriminada de suas ideias, podemos dizer que as práticas empreendidas nas metrópoles são, com alguns limites e algumas ressalvas, reproduzidas ou idealizadas nas colônias, principalmente no que se refere à urbanização das terras exploradas.

Tomando como referência o Rio de Janeiro, estamos em consonância com Fernandes (2008) quando este afirma que a cidade, de uma forma ou de outra e com certa defasagem temporal, procurou desde o século XVIII acompanhar os padrões morfológicos das cidades do capitalismo central, bastando olhar, por exemplo, para uma gravura da Praça XV carioca e compará-la à Praça do Comércio, situada em Lisboa, ambas do início do século XIX.

De uma forma ou de outra, o urbanismo barroco acabou por se constituir na maior parte dos casos em transformações de porções do espaço restritas das cidades tanto européias como coloniais, ainda que seus reflexos fossem visíveis por toda a cidade. “Nem sempre era possível planejar toda uma cidade nova no estilo barroco, mas, no traçado de meia dúzia de novas avenidas ou de um bairro novo, seu caráter podia ser redefinido” (Munford, 1992: 399).

A extensão urbanizada do Rio de Janeiro, até meados do século XVIII, compreendia o perímetro que se estende do Morro do Castelo ao Morro de São Bento, adentrando discretamente em direção à Lapa, ao Campo de Santana e à Glória, conforme observamos em carta datada de 1750.

Todavia, as construções e reformas barrocas empreendidas em localidades específicas do Centro da cidade, como o então Largo do Paço (atual Praça XV), a Rua Direita (atual Primeiro de Março), o archeduto da Carioca e o Passeio Público foram acompanhadas e seguidas por transformações que se situaram para além deste perímetro e marcaram a memória da cidade até os tempos atuais. Importa destacar que as reformas em questão também tinham como objetivo tornar a área um expressivo centro comercial da cidade e construir espaços adequados às paradas militares e às aparições públicas da corte.

Na década de 1770 o mercado e o cemitério de escravos da cidade foram transferidos das imediações do Largo do Paço para a enseada do Valongo (atual Rua Camerino), no bairro da Saúde. A partir e por causa dessa transferência, a área – que até então era basicamente composta por algumas chácaras – adensou-se com a construção de armazéns, trapiches e casas de negociantes de escravos, dinamizando as atividades comerciais da região.

Logo, observa-se que reformas urbanísticas pontuais no Centro da cidade foram responsáveis por redefinir também o seu entorno, sendo neste contexto que o espaço urbano objeto de nossa análise começa a ser produzido. Estima-se que passaram pelo Cais do Valongo, entre 1770 e 1843 – ano da sua desativação como local de desembarque de escravos –, cerca de 900.000 africanos escravizados, ancestralidade que se reflete hoje na forte composição negra da população local. Os escravos comercializados no Valongo não deixavam de circular pelo restante da cidade, mas eram vendidos e trocados ali e as condições em que chegavam da África eram críticas, muitos inclusive desembarcando já à beira da morte. Para as elites comerciais que circulavam pelas imediações do Largo do Paço, cuja função mercantil estava a cada dia mais estabelecida, a convivência cotidiana com os escravos recém-chegados da África era provavelmente algo a ser banido, ou melhor, posto à distância das vistas e olfatos brancos e europeus ou aspirantes a europeus. Vejamos o relato que a escritora inglesa Maria Graham faz do Valongo, datado de 1823:

Vi hoje o Val Longo [Valongo]. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares, as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa, as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçava-se sobre a meia porta e olhava a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos (Apud Grinberg, 2011).

Não devemos nos esquecer de que se trata de uma elite nascente que se constituía segundo um padrão civilizatório ocidental burguês, eurocêntrico e branco do qual ela participava de alguma forma e, neste caso, as representações que carregavam eram, conforme nos diz o sociólogo Florestan Fernandes, “mais que uma compensação e uma consciência falsa, (...) um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização” (Fernandes, 2005: 241). Tais representações podem ser compreendidas como o início do processo de estigmatização do espaço portuário em questão.

Consolidando o estigma: o poder disciplinar e o biopoder

A transferência do mercado de escravos se dá na mesma década da Revolução Burguesa e acompanha a propagação dos seus ideais, bem como a consolidação do modelo civilizatório capitalista industrial por todo o mundo ocidentalizado). Passou-se a questionar a regulamentação do Estado e a defender que a regulação deveria se dar em função do curso das próprias coisas, como o dinheiro. Deste modo, assistiu-se a uma transformação profunda na razão de Estado causada pela economia, o que não significa propriamente uma ausência do Estado. Trata-se da formação do que se costuma chamar de Estado liberal, onde “a razão econômica está, não substituindo a razão de Estado, mas dando um novo conteúdo à razão de Estado e dando, por conseguinte, novas formas à racionalidade do Estado” (Foucault, 2008: 468).

A grande transformação na produção do espaço que se consolidou por toda a sociedade ocidental foi a incorporação dos princípios que regem as formas panópticas em cada meandro da vida social, subjetivando os corpos da forma a mais discreta possível e fazendo com que os indivíduos se sentissem permanentemente vigiados.

Com a generalização praticamente completa do mecanismo de poder disciplinar, a ostentação do poder através da urbanização monumental dos territórios passa a ser menos essencial para o seu exercício. A partir de então, o que importa é, através da proliferação das instituições disciplinares e da disciplinarização dos aparelhos existentes, “tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar” (Foucault, 2008: 186). Como consequência, as disciplinas saem das instituições e alcançam todo o corpo social, assegurando “uma distribuição infinitesimal das relações de poder” e configurando de vez o que o filósofo chama de sociedade disciplinar.

Portanto, podemos dizer que a transferência do mercado de escravos para o Valongo, dando início à produção do espaço urbano da atual Zona Portuária carioca, já compreenderia uma manifestação da generalização dos mecanismos de poder disciplinares na cidade. A disciplina estava já presente no início do século XVIII quando tratou-se de disciplinar o espaço urbano através das reformas barrocas. Todavia, naquele período, intencionava-se, conforme já explicitado, dar visibilidade ao poder do Estado e sujeitar os súditos ao poder do soberano. A grande virada para a generalização do mecanismo de poder disciplinar, tomando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, teria se dado então do meio para o fim do século XVIII. Sob este mecanismo de poder visa-se controlar o maior número possível de pessoas – e um dos meios de se exercer esse controle é via produção do espaço – através do menor custo e da forma a mais discreta possível, havendo a inversão do espetáculo em vigilância. Para que se possa vigiar a sociedade de modo eficaz, a disciplina, além de promover a capilaridade do poder, trata da distribuição das multiplicidades dos corpos no espaço, implicando na repartição e especialização espacial, o que fica explícito no caso do Valongo. Os corpos são tratados como máquinas, como peças de uma engrenagem que devem ser permanentemente vigiadas, consertadas, reparadas, controladas e aperfeiçoadas.

O Rio de Janeiro, em 1808, recebe a corte portuguesa e promove a abertura dos portos à Inglaterra, medidas que intensificaram as atividades industriais, portuárias e comerciais da cidade, baseadas principalmente nos interesses privados dos cafeicultores do Vale do Paraíba, articulados ao mercado mundial, principalmente o inglês, sendo a cidade o principal escoadouro da produção cafeeira (Bernardes, 1992; Abreu, 1987). Ainda, em 1850 decretou-se a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu a entrada de novos escravos no país. Com o montante de capital liberado do comércio de escravos que necessitava ser reinvestido, surgem as companhias de empreendedores como o Barão de Mauá, responsáveis pelo surto de industrialização vivido pelo Brasil naquele momento, por meio da construção de infraestrutura essencial para o escoamento do café.

Com esta mudança no panorama da cidade, a disciplina se torna o mecanismo de poder hegemônico, e as instituições e indústrias relacionadas às atividades portuárias se constituíram enquanto importantes centros disciplinares. Contudo, como toda relação de poder é constituída também por resistências (se não há resistência não há relação de poder), o cotidiano das populações que habitavam a Zona Portuária era também preenchido pelos “devaneios” e “botequins”, conforme nos esclarece Sidney Chaloub (2005), e pelas irrupções sociais que tanto fazem parte da memória daquela porção do espaço.

Com o tempo, a burguesia, que então já se encontrava relativamente consolidada na cidade, começou a notar que tal disciplinarização não era suficiente para formatar e conter os corpos da população citadina. Os trabalhadores, ao sair das fábricas, retornavam para as suas moradias onde viviam aglomerados em cortiços com condições de higiene que facilitavam a propagação de doenças que os tornavam “inúteis” para o modelo vigente. Com efeito, a Zona Portuária carioca

(...) configurou-se como um espaço habitado por uma população formada, em sua grande maioria, por trabalhadores dos numerosos trapiches, das oficinas, das fundições e também de unidades de produção de maior porte (Moinho Inglês, Moinho Fluminense). Esses trabalhadores, e a massa de desempregados e subempregados – brancos e negros, brasileiros e estrangeiros (sobretudo portugueses) – viviam em habitações coletivas (cortiços, casas de cômodos), onde as precárias condições de higiene favoreciam a propagação de moléstias, o que fazia da área o principal foco epidêmico da cidade. (Lamarão, 1991: 160).

É tendo este quadro como pano de fundo que as práticas empreendidas a partir de então na cidade passam a ser representativas daquilo que Foucault chama de biopoder, onde “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (Foucault, 2008: 3). Enquanto o poder disciplinar tem como base a ideia do corpo como máquina, a biopolítica trata do corpo-espécie, e o biopoder seria a combinação da disciplina com a biopolítica. Na realidade, o biopoder e o mecanismo de segurança já estavam presentes desde o século XVII, mas na virada do século XIX para o século XX teríamos assistido à sua generalização espacial. É necessário ressaltar que o esquema histórico que estamos construindo aqui em relação à sucessão dos mecanismos de poder possui uma finalidade meramente didática cuja função é facilitar a compreensão dos processos que vêm, historicamente, produzindo o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro e em especial da sua Zona Portuária a partir de um olhar

foucaultiano, procurando evidenciar predominâncias de um mecanismo sobre os demais em cada período. O próprio autor afirma não haver primeiro um, depois outro, e depois outro... “A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (Foucault, 2008: 14).

Ao final do século XIX, estamos nos referindo a um Brasil republicano que “desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara” (Prado Júnior, 1974: 209). Naquele momento,

(...) a ampliação das atividades desempenhadas pelo país passa a ser estimulada sobretudo por interesses internacionais, isto é, o capital financeiro que, alterando o equilíbrio conservador ditado pelo Império, vai demonstrar sua capacidade de articulação visando transformações sociais, econômicas e espaciais. Na cidade, elas enfocavam pontos específicos e orientavam-se para a eliminação de ruas sombrias e estreitas, em parte atendendo aos princípios de salubridade e higiene. Criavam-se caminhos para uma nova modalidade de transporte: o automóvel. Seria de preferência atacada a área central, o núcleo colonial, e preparada a direção de expansão do uso residencial para a burguesia urbana. Mas a base econômica, fundamental para o país, era o destaque. E na cidade, ela se materializava no Porto, foco das trocas comerciais. (Pinheiro & Rabha, 2004: 46).

Assim, o biopoder do Estado entre fins do século XIX e início do século XX vem acompanhado da necessidade de reformar a área do Porto em si. Após a elaboração de sete projetos de reformas que não se concretizaram, vem à tona a reforma do Porto levada a cabo pelo então prefeito Francisco Pereira Passos, realizada no início do século XX, sob a presidência de Rodrigues Alves.

A reforma era esperada com afincamento pelas novas elites industriais. Havia uma promessa de futuro que carregava a ideologia do progresso e do desenvolvimento enquanto sinônimo de modernização ocidentalizada. A fim de legitimar a necessidade da reforma perante a população, instaurou-se uma *consciência de crise* similar com a que podemos observar contemporaneamente com o projeto Porto Maravilha. Uma passagem do *Jornal do Commercio*, publicada em Pinheiro & Rabha, atesta este processo de crise e esperança:

A supremacia de Buenos Aires é devida à nossa ignomínia. A sua glória alimenta-se com a nossa vergonha. Seu progresso é por nosso atraso. Ainda mais porque no dia em que o Rio não tiver

febre amarela e tiver porto, avenidas, higiene, conforto e polícia – nesse dia a estrela de Buenos Aires vai começar a empalidecer... A cidade do Rio já é então, por características naturais e importância comercial, a primeira da América do Sul. Mas para obrigar o estrangeiro a desconhecer esta verdade, tem bastado a campanha de descrédito que sustenta contra nós o interesse de vizinhos. Campanha fundada em argumentos reais – porque é preciso estar cego ou estar alucinado por excesso de patriotismo ridículo para não ver a situação deplorável de higiene a que a nossa desídia reduziu a cidade. (...) A primeira estaca batida na Gamboa será, entretanto, o primeiro marco de um novo caminho aberto a nossa raça... Não é sonho; a realidade fulgura e sorri. As horas de tristeza passaram e não voltarão... O Brasil renascerá. (Pinheiro & Rabha, 2004: 57-58).

O Porto do Rio de Janeiro tal como o conhecemos hoje foi inaugurado oficialmente em 1910, depois de sete anos de obras que retilinizaram a costa aterrando uma área de 175.000 m² com entulho proveniente do arrasamento do Morro do Senado. No afã de limpar a cidade e torná-la civilizada segundo os moldes das cidades européias, muitos casarões e cortiços foram arbitrariamente derrubados para a construção de grandes avenidas, como a Rio Branco, e seus moradores foram, também arbitrariamente, despejados. Tais medidas, apelidadas pela população de *bota-abaixo*, foram responsáveis por crescentes ondas de insatisfação popular, que representavam, então, a outra ponta das relações de poder, que é a resistência.

O prefeito Pereira Passos teve como principal parceiro durante sua gestão o então diretor-geral da Saúde Pública Oswaldo Cruz, médico e sanitarista nomeado pelo então presidente Rodrigues Alves. O cientista, antes de assumir o cargo, assim como Pereira Passos, esteve em Paris por três anos como aluno do Instituto Pasteur – fato que contribuiu para tornar plausível a apropriação de Foucault, com ressalvas e adaptações, para auxiliar nossa compreensão sobre a produção histórica do espaço urbano carioca. Em 1903-1904, após voltar para o Rio de Janeiro, o médico instituiu a vacinação obrigatória contra a varíola, que insuflou a população já insatisfeita com as remoções e provocou a conhecida Revolta da Vacina. Desta maneira, vemos que a postura adotada por Passos e Cruz é especialmente atestadora do biopoder que envolveu a cidade naquele período.

Como resultado, podemos hoje verificar “duas” zonas portuárias da cidade que praticamente não se comunicam: a primeira delas refere-se à “parte alta” dos morros que sempre esteve ali e que começou a ser ocupada ainda nos séculos XVII e XVIII; e a segunda refere-se à “parte baixa”, ou seja, ao

aterro realizado a partir do arrasamento do Morro do Senado e de pequenas ilhotas da região para a expansão do Porto em si. Esta última acabou sendo ocupada – principalmente após o deslocamento das atividades portuárias para a ponta do Caju, construída na década de 1920 – por atividades e instalações as mais diversas possíveis, indo de galpões de escolas de samba até oficinas de automóvel.

Importa perceber o quanto esta nova intervenção acabou por reforçar o estigma sobre a população que ali permaneceu e também sobre a população removida por Pereira Passos. A ideia de progresso e desenvolvimento, sempre relacionada ao crescimento econômico, colocou essas pessoas à margem da cidade, isolando-as até mesmo daquilo que sempre deu sentido àquele território: o Porto. Desde a origem do espaço portuário enquanto tal, com a transferência do mercado de escravos para o Valongo, até os dias atuais, com o Projeto Porto Maravilha, podemos assistir a uma complexa disputa pela efetivação de territórios que tem historicamente favorecido as coalizões de poder dominantes e estigmatizado a sua população.

E, uma vez que estamos falando de relações de poder, devemos focar nossa práxis nas resistências para que, quem sabe assim, possamos desta vez virar o jogo e pensar na construção de caminhos possíveis e justos de transformação socioespacial. Tal tarefa apresenta-se urgente, uma vez que estamos assistindo novamente a uma tentativa de sufocar tais resistências e de apagar a memória daquele espaço.

Referências bibliográficas

ABREU, M. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987.

BERNARDES, Lysia M. C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, Maurício de (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). In: *Scripta Nova*. Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270(56), 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270-56.htm>>. [agosto de 2010].

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIANNELLA, Letícia. A produção histórica do espaço portuário do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha: correspondência entre os grandes ciclos de acumulação capitalista e as morfologias urbanas. In: *Espaço e Economia*, v. 3, p. 1-13, 2013. Disponível em: <<http://http://espacoeconomia.revues.org/445>>. Extraído em: dez. 2013.

_____. Breve história da produção do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro, do século XVIII à Reforma Passos: uma apropriação foucaultiana. In: III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e II Encontro Nacional de Geografia Histórica, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* 2012.

GRINBERG, Keila. *Achado para não ser esquecido*. <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/achado-para-nao-ser-esquecido>>. [agosto de 2011].

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos e SPOSITO, E. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas & RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias &. *Porto do Rio: história da construção do Porto do Rio*. Rio de Janeiro: Andrea Jacobsson Estúdio, 2004.

ROCHA, Carla; MOTTA, Claudio; VASCONCELOS, Fábio. A cidade renasce das ruínas. In: *Jornal O Globo*, versão digital, 22 de março de 2010. <<http://oglobo.globo.com/rio/a-cidade-renasce-das-ruinas-3036098>>. [junho de 2010].

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b.

_____. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Experiência cartográfica na Pedra Lisa – resistência e habitação popular na Região Portuária do Rio de Janeiro

Anelise dos Santos Gutterres¹



Marca de cadastro da Prefeitura nas casas
do Morro da Providência

Luiz Baltar

– Onde a gente está? – perguntei aos moradores com quem conversava.

– Está na Providência. É Pedra Lisa, mas é Providência – me respondeu um deles enquanto todos balançaram a cabeça concordando.

Era um fim de tarde, no início da primavera de 2012, e estávamos – eu e alguns moradores de diferentes becos e partes da comunidade – reunidos em torno de uma mesa de sinuca. Cobrindo a mesa havia um tampo feito de compensado de madeira, que protegia o feltro verde quando não havia jogadores. Estávamos exatamente entre o campinho de futebol e o Bar do Boris e a mesa ficava embaixo de um telhado de zinco que cobria a frente do bar. Presas ao telhado havia algumas lâmpadas fluorescentes acesas e por causa delas tínhamos luz para nossos desenhos. Com a ajuda das crianças afixei nesse tampo diversas folhas de papel ofício, que colamos lado a lado com fita adesiva. Entre conversas, começamos a desenhar nosso mapa. Primeiro, eu e as crianças; depois, foram chegando os adultos, entre eles: Luiz, Franciane, Marília e Adriana que foram os grandes interlocutores² desta noite. À medida que ouvia as histórias, ia rabiscando os caminhos no papel sob os olhares das crianças e dos outros moradores, com quem eu dividia a posse da caneta.

1 Anelise dos Santos Gutterres é doutora em Antropologia Social, desenvolve pesquisa sobre o tema da moradia.

2 Os interlocutores que participaram da experiência de realização desse mapa moram em diferentes lugares da Pedra Lisa. Eles não são lideranças comunitárias e nem representam a trajetória social de todos os moradores da região. Na mobilização comunitária destaco o trabalho de Zeneide, que organizou a comunidade para o registro de posse, além de ser uma grande articuladora na Pedra, e o trabalho de Pelé, frente ao Sparta – Associação Esportiva do Morro da Providência.

Aquela era a segunda reunião³ que o Fórum Comunitário do Porto (FCP) organizava na comunidade para dar andamento à iniciativa de um Instituto⁴ em registrar a posse das casas no nome dos moradores. Havíamos encaminhado esse encontro em uma reunião anterior do FCP, onde se discutiu a necessidade de adaptarmos um mapa a fim de que ele facilitasse o deslocamento do desenhista do Instituto – responsável por produzir a planta baixa das casas. Eu havia levado papel, caneta e fita adesiva. A tarefa era simples, construir referências de espaço em uma representação plana, que pudesse ser transportada e compreendida por um grande número de pessoas que não tinham experiência em percorrer a região. Conforme o sociólogo Howard Becker (2009, p. 99) “todas as maneiras de fazer uma representação plana são boas para mostrar algumas coisas e ruins para outras”, e a maneira como construímos a nossa representação acabou ajudando muito pouco o desenhista; porém contribuiu para uma autorreflexão da comunidade sobre seu território, como pretendo apontar nesse pequeno artigo.

Começamos a fabricar o mapa colocando esparsamente todos os pontos de referência dos principais percursos na comunidade: o bar – que era onde estávamos; o campinho – atrás de nós; o muro da garagem de uma empresa de ônibus vizinha da comunidade; a rua de acesso principal à comunidade; a Associação Sparta⁵. Durante o processo os moradores foram reconfigurando essas referências com suas experiências cotidianas. Se essa iniciativa acabaria nos afastando do objetivo daquele mapeamento, ela foi, concomitantemente, desenhando as práticas dos moradores, e suas experiências espaciais, a partir das descrições orais dos seus lugares⁶ de moradia.

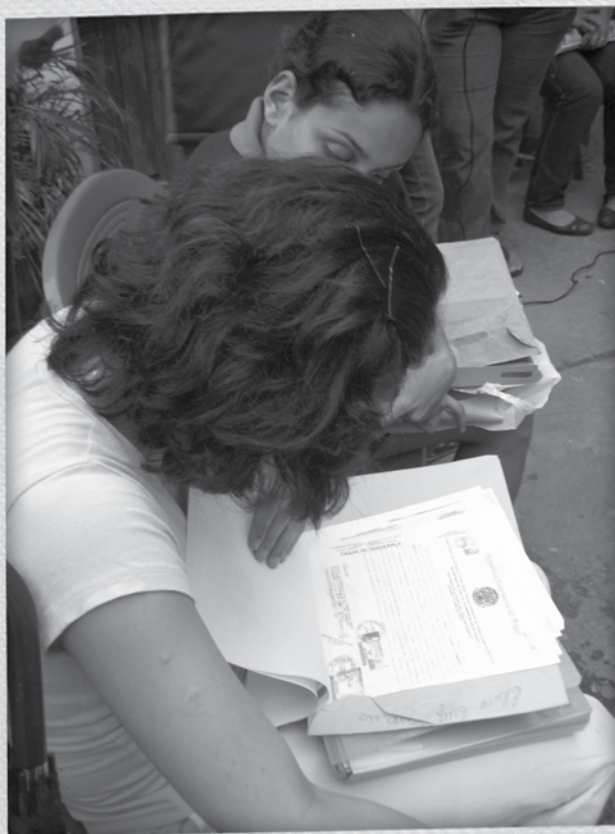
-
- 3 Participaram dessa reunião: eu; uma doutoranda em Psicologia Social; uma representante da Fase; e uma mestrande em Serviço Social, todas integrantes do FCP. Nos dividimos em dois grupos. Eu fiquei naquele que produziria os mapas e elas ficaram no grupo que tinha como objetivo conferir os envelopes com a documentação para o registro de posse. A ideia inicial era que os endereços fossem separados por áreas, para que depois fossem transladados ao mapa. Um professor do GEP – Grupo Educação Popular – e do Pré-vestibular Comunitário da Providência participou de etapas posteriores de mapeamento da região, encontros guiados por Franciane.
 - 4 Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário é parte do projeto social para Registro de Documentos em Ação, criado pela registradora pública e advogada Sonia Andrade, em 2006. O projeto tem como objetivo conceder o registro de posse gratuito para moradores de comunidades carentes do Rio de Janeiro e já teria atendido mais de 4,5 mil famílias nas comunidades do Pavão-Pavãozinho, Alto da Boa Vista, Ladeira dos Tabajaras, Cidade de Deus e Complexo do Alemão. O projeto é resultado de parceria do Núcleo de Terras e Habitação (Nuth) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos (6º ORTD) do município.
 - 5 Instalada na Pedra Lisa em 1987, a Associação Sparta é uma entidade filantrópica, viabilizada pelo apoio financeiro de uma fundação holandesa. Ela é parte de um projeto de assistência a crianças e adolescentes em situação de rua chamada Remer, com sede na Rocinha e na Pedra Lisa.
 - 6 O conceito de lugar que utilizo aqui, e de espaço como um lugar praticado, é fruto da reflexão do pesquisador Michel De Certeau, principalmente em sua obra *A Invenção do Cotidiano* (1990).



Início do desenho do mapa

Marcela Montalvão Teti

– Aqui é tudo Rego Barros – disse Luiz – Aqui está a rua onde passam os carros – e apontou para papel, indicando a área em que as linhas deveriam ser desenhadas; – Aqui tem aquela escadinha que você vê quando está subindo, sabe? – respondo que sim e desenho no papel uma referência à escada, enquanto ele segue relatando – E vem, vem, passa pela “Deus é amor”, depois por aquela parte da pedra, aquela ali do meio, sabe? E depois chega aqui no campinho.



Conferindo os documentos para o
registro de posse
Marcela Montalvão Teti

O campinho de futebol era de terra e ficava ao lado de uma escarpa de pedra muito íngreme, herança deixada por uma das pedreiras que funcionaram na região, entre 1845 e 1970. Ele era circunscrito a um muro de mais ou menos 1m30 de altura, e ao redor havia um terreno pedregoso, coberto de mata e um pouco de lixo. Acima do paredão não dava para ver daquele ponto, mas estavam as casas da região da Bica, no alto do Morro da Providência, local onde fora construído um mirante.



Pedra Lisa - vista
da região do Morrinho
Anelise Gutterres

Programas de habitação ou de remoção?

Antes de morar na Rego Barros, Luiz havia morado na área⁷ onde ficava o campo de futebol e de onde se mudaria com a família, em 1986. Para incrementar a narrativa sobre suas diferentes moradias dentro da comunidade,

7 Os moradores dessa área foram completamente removidos na década de 90 sob a justificativa de risco de deslizamento de pedras das escarpas deixadas pela antiga pedreira.

ele pediu para que uma vizinha fosse até o outro grupo – que trabalhava na conferência dos documentos para o registro de posse – e pegasse o envelope com seus documentos, assim poderia me mostrar os papéis dessa época, guardados pela mãe. Bem “antenada”, a mãe de Luiz havia feito parte do programa de regularização fundiária “Cada Família, Um Lote”, instituído no primeiro mandato do governo de Leonel Brizola (1983-1987) e que teria, entre outras melhorias, viabilizado a rede de esgoto para 245 mil moradores de favelas, conforme ressalta Cavalcanti (2009).

Segundo Luiz, na época em que moravam no campinho, no terreno onde hoje está construída sua casa, no número 97 da Rego Barros, só havia mato. Na documentação que ele me mostrou, haviam dois papéis grampeados. Com o selo da Secretaria Estadual do Trabalho e da Habitação eles eram assinados pela moradora, a mãe de Luiz, e pelo secretário. Um deles era o termo de aceitação com data de setembro de 1986, em que constava o endereço como Rua Rego Barros, número 97, casa X, Comunidade Pedra Lisa – Bairro Santo Cristo; e o outro era um termo de recebimento de chaves onde constava uma promessa de compra e venda que nunca foi efetivada⁸.

Na terceira geração dos programas⁹ de governo, pós-85, e que tinham como objetivo a melhoria dos acessos aos serviços de: iluminação, rede de esgoto, regularização, implementação de equipamentos urbanos nas favelas cariocas – a remoção retorna a cena. Em 2010, segundo o relatório técnico¹⁰ encomendado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro as casas da área da Pedra Lisa teriam que ser completamente removidas, pois estariam quase

8 Conforme Cavalcanti (2009) menos de 35 mil títulos de propriedade para famílias residentes em favelas e em loteamentos irregulares foram concedidos nesse programa. O objetivo era de que se distribuisse um milhão.

9 O programa Cada Família, Um Lote é o primeiro dos programas de moradia popular e regularização de favelas, que é implantando no Rio de Janeiro após o regime militar. Após ele, idealizado por Brizola – PDT; houve o Favela-Bairro, implantado no primeiro mandato de César Maia como prefeito do município do Rio de Janeiro – PMDB e PFL (1993-1997); e do atual Morar Carioca, idealizado no primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes – PMDB (2009-2012). Da década de quarenta até a década de oitenta dezenas de programas de urbanização de favelas foram realizados no Rio de Janeiro (Burgos, 2004), todos com caráter remocionistas. Idealizados pela Igreja Católica ou por políticas governamentais esses projetos tinham uma identidade comum, como propõe Valla (1985) ligada as categorias: educação, urbanização, responsabilidade moral, participação, relatoria.

10 Assinado pelo Diretor da Divisão de Topogeologia da Geo-Rio, os Relatórios de Campo referentes às comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa, que integram o relatório final do programa “Apoio Técnico para Mapeamento Geológico em Encostas”, foram elaborados sob a responsabilidade da Geo-Rio/Concremat Engenharia e tornado público pela Prefeitura do Rio de Janeiro em dezembro de 2010. A síntese desses Relatórios de Campo é apresentada na forma de um “mapa de risco”, no qual estão indicadas as zonas de “alto risco”, “médio risco” e “baixo risco”. Acompanhando esses relatórios foram encaminhados 43 (quarenta e três) laudos de vistoria da Geo-Rio, referentes a ocorrências geotécnicas nas comunidades (Providência e Pedra Lisa) entre 1943 e 2010.

todas em zonas de “alto risco”. Fruto da militância para que a comunidade permanecesse em sua atual área de moradia, foi elaborado por um arquiteto e um engenheiro, um relatório técnico¹¹ em contestação a esse estudo da Geo-Rio. Chamado de “contralaudo”, o relatório aponta uma série de investimentos públicos, antigos e recentes, em obras de contenção de encostas¹² e por meio dele se contesta a metodologia que aponta a região como de “alto risco” para a moradia.

Em dezembro de 2011 o site da prefeitura chamado Cidade Olímpica¹³, divulga uma matéria sob o seguinte título: “Condomínio da Providência livra famílias de áreas de risco”. Nessa reportagem,¹⁴ usa-se o termo “situação de risco” para justificar a saída das famílias da região, e traz como solução permanente para essa situação as ações do Programa Morar Carioca responsável por “urbanizar a comunidade e construir novas moradias em seu entorno”. Em outra reportagem¹⁵ sobre a região é citado o valor das obras de contenção realizadas na Pedra Lisa: R\$ 2 milhões para reduzir o risco de deslizamento. A prefeitura, segundo a notícia, considera que esse investimento não foi suficiente para garantir a segurança dos moradores, pois propõe a remoção e promete: após a retirada das famílias, a região será “alvo de um programa de reflorestamento, com plantio de mudas e espécies da Mata Atlântica”; e terá um Posto de Orientação Urbanística e Social para fiscalizar construções irregulares na região. O secretário de Habitação¹⁶ da época ressalta que as casas

11 Elaborado, em 31 de outubro de 2011 por Marcos de Faria Asevedo (Arquiteto Crea/RJ n. 45615/B) Mauricio Campos (Engenheiro Civil Crea/RJ n. 85-1-05643-2) o relatório está disponível no site [<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/?s=contra+laudo>]. Acessado em setembro de 2012.

12 Incluindo a implantação de muro limítrofe garantindo afastamento suficiente das casas situadas a jusante, na antiga Praça da Pedreira; e execução de tela metálica com chumbadores capazes de confinar a trajetória de precipitação de blocos e lascas.

13 A Cidade Olímpica é criação da Empresa Olímpica Municipal (EOM) órgão da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para divulgação de suas ações. Criada pela Lei 5.272 – e regulamentada pelo Decreto 34.045 de Junho de 2011 – a empresa coordena a execução de todos os projetos e atividades do município relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Integrante do conjunto das 12 obras divulgadas pela empresa como associadas à Cidade Olímpica o Porto Maravilha é o projeto que será executado na Região Portuária da cidade. A execução das obras do Porto Maravilha foi viabilizada a partir da Parceria Público-Privada (PPP), assinado em novembro de 2010 entre a Cdurp e a concessionária vencedora da licitação pública, a Porto Novo S/A (formada pela construtora OAS LTDA, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.).

14 Ver a reportagem no link [<http://www.cidadeolimpica.com/morar-carioca-condominio-da-providencia-livra-familias-de-areas-de-risco>]. Acessada em outubro de 2012.

15 Disponível em: [<http://oglobo.globo.com/rio/com-teleferico-no-projeto-prefeitura-comeca-obras-de-urbanizacao-no-morro-da-providencia-2837466>]. Acessada em outubro de 2012.

16 O deputado federal Jorge Bittar (PT) deixa o cargo de Secretário Municipal de Habitação em novembro de 2012, posto que ocupará desde o início de 2011. Em seu lugar assume Pierre Alex Domiciano Batista, também filiado ao PT, que deixa o posto em janeiro de 2015 para Carlos Francisco Portinho, do PSD.

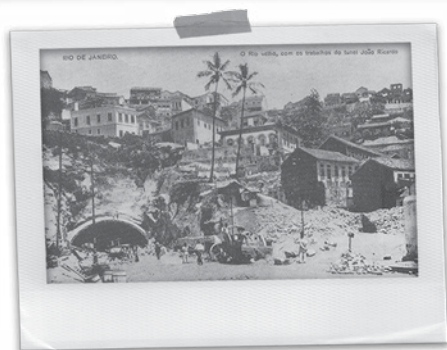
serão construídas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida entorno da Central do Brasil, no entanto até o fechamento desse artigo o único conjunto habitacional em construção na região não havia sido totalmente finalizado.

O espaço vivido diante das reformas urbanas

A região entorno da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, cuja estação inicial emprestou o nome a atual Central do Brasil, passou por inúmeras reformas urbanas, principalmente após a transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808. O local onde residem Marília e Adriana, na Pedra Lisa, fica ao lado de um túnel aberto no Morro da Providência para criação do ramal da Gamboa desta mesma Estrada de Ferro, inaugurado em 1879.



**Capela de Santana,
ao fundo o Morro da
Providência. 1817.
Obra de Thomas
Ender, de 1817¹⁷.**



**Túnel João Ricardo,
vista do Morro
do Livramento.
Aproximadamente
1900. Autor
desconhecido¹⁸.**

17 Disponível em: [http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html]; acessado em maio de 2012.

18 Disponível em: [<http://www.flickr.com/photos/rioantigamente/3857358856/>]; acessado em maio de 2012.

Desativado e coberto de lixo, o túnel ainda é referência quando moradores narram as atividades dos seus antepassados na região, avós e tios donos de pensões e armazéns que atendiam a demanda dos trabalhadores no entorno da ferrovia. As famílias que ali permaneceram ao longo dos anos – prensadas entre os trilhos desativados e uma garagem de ônibus que partiu a comunidade ao meio – não tem mais acesso direto à rua e tiveram que reinventar seus endereços para serem localizadas por amigos e prestadores de serviços. As divisões e nominações da região da Providência em diferentes localidades – e a qual a Pedra Lisa é uma delas – parece ter relação com os usos impostos por essas reformas urbanas; com os diferentes parcelamentos da terra que foram ao longo dos anos mudando e modificando a região; além das representações acionadas pela experiência de residir¹⁹ ali. Se por um lado há a simpatia de moradores de diferentes áreas com a narrativa de uma origem comum ao Morro da Providência, a adesão a ela é um ato político²⁰ e contextual²¹. A duvidade dos moradores frente à minha pergunta inicial sobre onde estávamos ressalta, além do vício interpretativo do pesquisador em sua busca pela unidade, que essas delimitações locais e circunstanciais são acionadas para delimitar diferentes pertencimentos, identidades e representações sobre o cotidiano e a memória a ser contada sobre o espaço vivido. E essas ações no espaço – e a construção de uma narrativa sobre ele – configuram, também, o ato de resistência pela moradia popular naquela área, pois destacam a consolidação dos laços sociais com a região ao longo desses séculos de reformas e de mudanças.

-
- 19 Conforme os relatos e as observações realizadas durante meu processo de pesquisa na região, o Morro da Providência só existiria como unidade territorial no nível de uma mesoética (Oliveira, 1996) – ou seja, nas relações dos moradores com as instâncias estatais, com os estrangeiros, com as instituições privadas com quem interagem mais diretamente. Na esfera da microética: a família, as redes próximas – e onde estaria a representação de cotidiano praticado – os sujeitos se denominam moradores de lugares bem específicos: a Grota, a Ladeira do Barroso, a Ladeira do Faria, a Bica, a Nova Brasília, a Pedra Lisa, o Sessenta, o Cruzeiro, o Buraco Quente, o Livramento, a Escadaria.
- 20 A criação da Associação Comunitária da Pedra Lisa, no fim dos anos 1980, corroborou para a fixação dos limites entre Pedra Lisa e Providência, anteriormente atendida pela Associação Comunitária do Morro da Providência, a única da região. As representações de lugar também passam pelas transformações no associativismo dos moradores.
- 21 Sob o título de “A primeira favela do Brasil” a origem da Providência é apontada por intelectuais (Zaluar, 2004), recontada por alguns moradores, replicada pela imprensa e pela Cdurp, que desenvolve as obras de reforma urbana na região. Nessa discursividade sobre a origem da favela, a Cdurp propõe, no seu conjunto de obras, a construção de um museu, corroborando para uma estetização da paisagem urbana (Harvey apud Leite, 2002) na re-apresentação de uma favela romantizada, “perdida”, que seria resgatada a partir de um passado ilusório, transformado em mercadoria. Sobre as tensões na construção do patrimônio na região, ver a tese de doutorado de Roberta Guimaraens Sampaio (2011) entre os moradores Morro da Conceição e em que expõe o conflito na tentativa de produção de uma memória homogênea para aquela região.

No que tange à representação formal de endereço na cidade, Luiz nos auxiliou a entender que havia apenas três possibilidades de endereço postal para o morador da Pedra Lisa: Rego Barros, número 97; Rego Barros, fundos e Travessa da Felicidade número 83. No entanto, as trajetórias migratórias dentro da região foram configurando um espaço de moradia muito complexo em sua origem, mas muito importante como resistência à desabituação popular da área, iniciativa governamental também muito antiga.

Resistir para permanecer

A travessa da felicidade – citada por Luiz como um dos endereços da Pedra Lisa – ia até a entrada do túnel João Ricardo atravessando a pedreira dos Cajueiros, uma das duas que funcionara ali. A existência dessas pedreiras por um lado favoreceu a abertura de ruas – como é o caso da Rego Barros – e também contribuiu para o aumento populacional na região. Por outro lado, a atividade delas contribuiu para a “situação de risco” na qual a população que vive ali é associada, já que desestabilizaram a estrutura dos morros. No período transcorrido entre a abertura da estação da Gamboa e a construção desse novo túnel, em 1920 – em uma área onde se encontravam as ruas Bento Ribeiro, Barão de São Felix e Travessa Dona Felicidade – foi extinto o mais mítico dos cortiços da cidade (Vaz apud Zylberberg, 1992), conhecido como Cabeça de Porco, onde chegaram a viver 4 mil pessoas. Se minha pesquisa junto ao FCP e a própria criação do Fórum tem a temporalidade das reformas urbanas ligadas à Cidade Olímpica e as obras na região que visam a configuração do espaço para o recebimento dos Jogos Olímpicos, em 2016; a resistência²² da população às reformas – a fim de permanecer habitando aquela área – é muito anterior. Se por um lado há, com as reformas urbanas propostas pelo poder público, a tentativa de criação de um sujeito universal e anônimo como habitante da cidade; a errância (De Certau, 2004: 183), multiplicada e reunida pela cidade, faz dela um espaço onde os êxodos entrelaçados criam um tecido urbano que confronta a organização racional, e através dos percursos – vividos e relatados – criam, nesse espaço, um lugar. O objetivo desse artigo foi o de narrar o contexto inicial da cartografia e da escuta das histórias de moradia dos habitantes da Pedra Lisa, visando colaborar para a melhor compreensão das tensões e relações que compõe esse espaço, corroborando com a resistência dessa população em permanecer na área e cooperando para a legitimação dele como local de moradia popular.

22 Sobre as resistências às remoções de moradia diante do processo de “revitalização” da área portuária ver Gutterres (2014).

Referências Bibliográficas

BECKER, Howard Saul. *Falando em sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 [2007].

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao favela-bairro: políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro” IN ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 4a ed. 2004 [1998].

CAVALCANTI, Mariana. “Do Barraco à casa. Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada” IN *RBCS Vol. 24 n.o 69 fevereiro/2009*.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes 10ª Ed., 1994.

LEITE, Rogério Proença. “Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*” IN *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.17 n°.49. São Paulo Junho, 2002.

GUTTERRES, Anelise. *A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de doutorado), Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, R. C. E OLIVEIRA, L.R.C. *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1996.

SAMPAIO, Roberta Guimarães. *A Utopia da Pequena África*. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca. Tese (doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2011.

VALLA, Victor Vincent. “Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980” IN *Cadernos de Saúde Pública*, R.J., 1 (3): 282-296, jul/set, 1985.

ZALUAR, Alba. “Crime, medo e política” IN ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 4a ed. 2004 [1998].

ZYLBERBERG, Sonia. *Morro da Providência: memórias da “Favela”*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes (SMCTE). Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

Onde estão os recursos da venda
dos Cepacs para o Programa de
Atendimento Econômico e Social da
População Diretamente Afetada pelo
Projeto Porto Maravilha?

Isabel Cristina da Costa Cardoso¹



Demolição de casas no Morro da Providência

Luiz Baltar

Alguém sabe o que é ou já escutou falar sobre Programa de Atendimento Econômico e Social da População Diretamente Afetada pelo Projeto Porto Maravilha? Poucos, com certeza. Mas acontece que dentre os princípios previstos na Lei nº101/2009 que fundamentam a OUC (Operação Urbana Consorciada) do Porto do Rio – isso que se cunhou chamar de Projeto Porto Maravilha – está o referido programa. O Estatuto da Cidade define que qualquer plano de operação urbana consorciada no país deve prever um programa de atendimento econômico e social da população diretamente afetada como componente obrigatório de uma Operação Urbana. Assim, não é uma benesse do Projeto Porto Maravilha, muito menos uma ação de “responsabilidade social” empresarial e sim uma obrigação legal. Contudo, para o cumprimento de tal dispositivo legal é necessário definir e planejar políticas, alocar recursos, produzir estudos de impacto ambiental e de vizinhança da OUC e dar publicidade sobre seus diagnósticos e alternativas propostas. Sem isso, não é possível definir como se distribuem desigualmente os impactos positivos e negativos sobre a população diretamente afetada pela OUC e, conseqüentemente, não se estabelece uma clara relação entre tal estudo e diagnóstico e a construção de um programa de atendimento econômico social para a população afetada. Afetada pelo o quê? Quem é afetado? A OUC produz apenas impactos positivos durante a sua instalação e posterior operação? E os impactos negativos e positivos são igualmente distribuídos e apropriados socialmente no território pelas classes sociais?

1 Isabel Cristina da Costa Cardoso é professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ, coordenadora do Projeto de Extensão “Direito à Cidade, Política Urbana e Serviço Social”, coordenadora do Projeto de Pesquisa: Trajetórias urbanas do trabalho e da cidade: o Projeto “Porto Maravilha” e as transformações do desenvolvimento capitalista da cidade do Rio de Janeiro.

É fundamental, então, saber: 1) como se encontra definido o referido programa de atendimento econômico e social da população diretamente afetada na lei que aprovou o Projeto Porto Maravilha e para qual segmento social as suas ações se voltam prioritariamente; 2) o programa “saiu do papel” e através de quais ações efetivas tem sido implementado?; 3) essas formas de ação estão em consonância com a Lei nº101/2009 e com o Estatuto da Cidade?

Começemos pela primeira questão. Segundo definição da Lei nº101/2009 o Programa de Atendimento Econômico e Social da População Afetada, enquanto princípio organizador da OUC do Porto, destina-se à população de baixa renda e prevê: 1) a produção de habitação de interesse social em qualquer setor da OUC; 2) ações de reassentamento para população removida pelas intervenções da própria operação urbana; 3) alocação de recursos da OUC e outras formas de financiamento de recursos – é bom lembrar que os recursos advindos da venda dos Cepacs representam a principal fonte de recursos da OUC do Porto, o que significa dizer que essa é também a fonte que deve custear o referido programa; e 4) a previsão de participação social da população na definição de planos de desenvolvimento sustentáveis locais.

Assim se refere a Lei:

Do Atendimento Econômico e Social da População Afetada

Art. 29. O Poder Público desenvolverá um programa que garanta o atendimento à população de baixa renda atingida pelas intervenções urbanísticas previstas nesta Lei Complementar, em conjunto com os órgãos municipais, estaduais e federais competentes.

§ 1º A implantação de unidades habitacionais de interesse social poderá ocorrer em todos os setores da Operação Urbana Consorciada.

§ 2º A provisão de habitação de interesse social poderá ser realizada por meio de soluções habitacionais que assegurem o reassentamento da população residente atingida pelas intervenções urbanísticas em áreas de especial interesse social.

Art. 30. Recursos advindos da Operação citada no art. 2º desta Lei Complementar, bem como de outras fontes de financiamento disponíveis, poderão ser utilizados para o desenvolvimento de ações e projetos dentro dos programas habitacionais e outros de interesse social, no atendimento da população atingida pelas intervenções urbanísticas previstas nesta Lei Complementar.

Art.31. As comunidades e bairros da área afetada serão incentivados a desenvolver processos participativos nos termos do que dispõe o Estatuto da Cidade – Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, e observando os princípios da Agenda 21 e as recomendações do Ministério das Cidades, visando à elaboração de planos de desenvolvimento sustentável locais. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Lei nº101/2009).

Do texto acima se depreende a ênfase que o Programa de Atendimento Econômico e Social da População Afetada atribui a implantação/provisão de habitação de interesse social na área de influência da OUC, em qualquer de seus setores, inclusive os mais valorizados pelo consumo de Cepacs, desde que previsto o uso residencial. Outro elemento que se infere da lei é que a população alvo de tais ações é a chamada “população de mais baixa renda” da região. Quando articulamos os dois elementos – prioridade para a produção de habitação de interesse social e a definição dos segmentos sociais de mais baixa renda da região como público-alvo das ações do programa – é inevitável observar que o déficit habitacional da cidade do Rio de Janeiro se concentra exatamente na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. Esse tem sido o parâmetro para segmentar a produção de habitação de interesse social em políticas como o Programa Minha Casa Minha Vida, e essa é também a faixa de renda na qual se concentra a grande maioria da população residente da Região Portuária. Esse é, portanto, o perfil da população prioritariamente atingida pelas ações do Programa de Atendimento Econômico e Social da População Diretamente Afetada, tendo em vista a produção de habitação na área de influência do Porto Maravilha. Tal definição legal estabelece uma clara orientação para que as ações da OUC do Porto cumpram a função social da cidade e da propriedade, conforme definição do Estatuto da Cidade.

É importante observar que outros princípios da Lei nº101/2009 também reforçam esse aspecto político. Assim, encontramos nesse marco jurídico a definição de outros princípios, como a promoção do adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados ou ociosos, e o apoio à regularização fundiária urbana nos imóveis de interesse social.

Da mesma forma, no art. 2º, agora em seu parágrafo 2º, são definidas diretrizes estruturadoras da OUC, interessando destacar as que se seguem:

promover a habitação de interesse social e o atendimento à população residente em áreas objeto de desapropriação; realizar melhoramento nas áreas de especial interesse social e seu entorno, com implantação de infraestrutura e regularização fundiária; e incentivar a recuperação de imóveis ocupados para a melhoria das condições de moradia da população residente”. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Lei nº101/2009).

Chegamos, agora, na segunda e na terceira questões que orientam a nossa análise sobre o programa de atendimento econômico e social da população diretamente afetada pelo projeto Porto Maravilha: se o programa “saiu do papel” e através de quais ações efetivas tem sido implementado?; E se essas formas de ação estão em consonância com a Lei nº101/2009 e com o Estatuto da Cidade?

Se por um lado é possível encontrar no texto da lei que criou a OUC do Porto princípios e diretrizes de inspiração democrática que dialogam com o Estatuto da Cidade, tais princípios e diretrizes não encontram equivalência prática e observância legal no Programa Básico da OUC do Porto. O Programa ou o “Projeto Porto Maravilha” apenas define um conjunto de intervenções físicas de obras e projetos viários e de infraestrutura urbana, sem qualquer previsão de componente ou programa claramente definido e orientado para a produção de habitação de interesse social, através do aproveitamento dos vazios urbanos existentes na área de intervenção, notadamente dos imóveis e terrenos públicos. Da mesma forma, não são previstas ações de recuperação e regularização de imóveis ocupados por população de baixa renda na região. Fora do Programa Básico, em materiais de divulgação da OUC, como boletins informativos e/ou produção de materiais de apresentação audiovisual, há a divulgação da produção de aproximadamente 500 unidades habitacionais através do Programa Novas Alternativas da Prefeitura do Rio. Nada mais, além disso.

O conteúdo abaixo citado, extraído da página da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto-Cdurp, compõe o Programa Porto Cidadão. Esse programa pretende ser a forma institucional de cumprimento do programa de atendimento econômico social da OUC e o conteúdo abaixo visa expressar o seu componente propriamente habitacional. Contudo, o que se verifica desse e de outros conteúdos de marketing da OUC do Porto é a forma vaga com que se trata a questão habitacional. Não há descrição dos referidos imóveis que se diz em construção, não há clara definição e articulação entre esses imóveis e a faixa de renda de 0 a 3 salários, não há nenhuma discussão sobre demarcação/destinação de terras públicas da região para fins de moradia popular através, por exemplo, de propostas de criação de áreas de especial interesse social (Aeis), e muito menos são citados os valores financeiros de fato destinados pela OUC para produção habitacional popular.

Apoio a programas de Habitação: Novos imóveis para Habitação de Interesse Social já estão em construção na área e seu entorno. A Secretaria Municipal de Habitação é a principal parceira nessa linha de ação. Incentivos fiscais foram criados especialmente para a região. Proprietários de imóveis de importância histórica, cultural, ecológica ou paisagística que mantiverem seus imóveis em

bom estado de conservação poderão obter isenção de dívidas de IPTU. Moradores e donos de imóveis podem parcelar dívidas de impostos municipais em condições especiais. Novas construções têm isenção de IPTU por 10 anos. (Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/web/sup/pmcid.pdf>)

A ausência de um claro vetor urbanístico de uso e ocupação do espaço urbano da Região Portuária para a produção de moradia popular (através da provisão de novo estoque habitacional e/ou de reforma e requalificação de imóveis públicos ociosos na região) contribui, inclusive, para o questionamento sobre as bases sociais em que se apoia a projeção do aumento populacional para a região. Ora tal projeção é anunciada para 100 mil moradores, conforme divulgado no informativo “Porto Maravilha”, nº2 (Cdurp, julho de 2010), ora os cálculos triplicam essa previsão e anunciam um aumento esperado de aproximadamente 300 mil moradores, conforme previsto pelo Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) da OUC do Porto do Rio. Importa observar que nenhuma das projeções parece contar com a participação significativa dos segmentos de baixa renda já residentes na área da OUC, nem com a participação futura de novos segmentos sociais de baixa renda vindos de outras localidades do Rio de Janeiro à procura de habitação de interesse social no Centro da cidade.

Assim, tanto os princípios norteadores do planejamento, da execução e da fiscalização da OUC, quanto as diretrizes definidas pela referida lei complementar, não são efetivamente aplicados. Sem a previsão e indução de um eixo habitacional popular custeado pelos recursos originários da venda dos CepacsCepacs, principal fonte de recursos da OUC, o projeto Porto Maravilha aprofundará a reprodução do histórico processo de segregação social dos segmentos de mais baixa renda. Além disso, expõe os segmentos da classe trabalhadora mais vulneráveis social e economicamente que já habitam a região Portuária e demais bairros da área de planejamento número um (AP1), situados na faixa de 0 a 3 salários mínimos, aos efeitos da gentrificação do espaço urbano, com a consequente expulsão desses segmentos a curto e médio prazos.

O processo de gentrificação se acentua ainda mais rapidamente quando associado às práticas especulativas e rentistas responsáveis pelo encarecimento da terra urbana. Inúmeras matérias de imprensa tem registrado o aumento da especulação imobiliária na área. Assim, no primeiro trimestre de 2013 a Região Portuária passou a ocupar o terceiro lugar dentre as áreas mais caras da cidade para imóveis corporativos, ultrapassando outras tradicionais localidades como Centro, Cidade Nova e Barra da Tijuca (Jornal DESTAK).

O processo de expropriação de terras e consequente segregação de famílias trabalhadoras da Região Portuária e a redefinição da ocupação do solo

urbano dessa região por outras frações de classe deve ser compreendido a partir do processo de valorização fundiária decorrente da OUC do Porto e das novas funções e usos planejados para esse espaço. O perfil da população a ser atraída para esse território deve ser solvável e apto a consumir o espaço e seus novos atributos como os oferecidos pela cadeia produtiva do turismo e do entretenimento. Uma população fixa ou rotativa, não importa, mas com capacidade de consumir o espaço e de se inserir nos circuitos e fluxos de troca das mercadorias que passarão a estruturar a região portuária.

Ainda sobre a Lei Complementar nº101, o § 3º do artigo 2º prevê a implantação da OUC através da aplicação de diferentes instrumentos da administração pública, dentre estes a utilização de “instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”. Assim, a delimitação de Área de Especial Interesse Social, nos termos do Plano Diretor em vigência, através da Lei Complementar nº111, de 01 de fevereiro de 2011, constitui um instrumento fundamental que pode ser utilizado pela OUC para fazer valer o direito à moradia digna no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Todas as duas possibilidades de Aeis previstas no Plano Diretor, tanto a que se volta para áreas ocupadas por população de baixa renda, quanto a que se destina às áreas com predominância de terrenos e/ou imóveis vazios ou subutilizados, são possíveis de aplicação na região portuária. Em especial essa última.

Por último, é importante desconstruir o discurso da Cdurp que joga a culpa no legislativo da cidade do Rio de Janeiro pela insipiência das próprias ações do Porto Maravilha quanto ao Programa de Atendimento Econômico e Social. A justificativa de tal discurso baseia-se na não aprovação de percentual específico de recursos “rubricados” para o Programa de Atendimento Econômico e Social da População Afetada pela OUC quando da aprovação da Lei nº101/2009, ao contrário do que ocorreu com o campo da preservação do patrimônio histórico-cultural que recebeu a destinação de ao menos 3% dos recursos adquiridos com a venda dos Cepacs (é bom frisar que a lei não limita em 3%, pelo contrário ela afirma “um mínimo de três por cento do valor auferido pela venda de Cepacs”. Isso significa dizer que tal percentual poderia também ser maior).

É bom voltar a citar o art. 30 da Lei nº101/2009 para verificar que, se não há o estabelecimento de percentual específico, a lei é clara ao estabelecer que a fonte de manutenção do referido programa são os recursos da própria OUC.

Art. 30. **Recursos advindos da Operação** citada no art. 2º desta Lei Complementar, bem como de outras fontes de financiamento disponíveis, poderão ser utilizados para o desenvolvimento de ações e projetos dentro dos programas habitacionais e

outros de interesse social, no atendimento da população atingida pelas intervenções urbanísticas previstas nesta Lei Complementar. (Grifo nosso).

Os recursos gerados pela OUC não se esgotam na venda de Cepacs. Outra fonte importante é a advinda da venda de terrenos. Contudo, a principal fonte de recursos gerados, até hoje, é a que se origina da venda de Cepacs. Assim, as ações que concretizarão o Programa de Atendimento Econômico e Social da População Afetada pela OUC do Porto – componente obrigatório previsto pelo Estatuto da Cidade para todas as operações urbanas consorciadas do país – só podem ser planejadas e implementadas a partir da definição e da destinação pública de uma parcela dos recursos financeiros da venda dos Cepacs, hoje integralizados no Fundo de Investimento Imobiliário da Região Portuária (FII RP), a ser destinada para esse fim. A própria Lei Complementar n.º 102, de 23 de novembro de 2009, que criou a Cdurp, é clara quanto a isso ao estabelecer as condições para emprego dos recursos:

Art. 7.º Os recursos obtidos com a venda de terrenos, a alienação de Cepac e demais receitas da Cdurp serão depositados em conta específica da própria Companhia ou de fundo de investimento ou garantidor de obrigações pecuniárias com o qual a Cdurp tenha relação, como quotista ou como beneficiária.

§ 1.º **Os recursos poderão ser empregados no pagamento de todas as despesas pertinentes à Operação, inclusive** intervenções constantes do programa básico de ocupação da Aeiu, aquisição de terrenos, **atendimento econômico e social da população diretamente afetada**, pagamento de empréstimos ou de valores garantidos, custos de carregamento, custódia e administração. (Grifo nosso).

Por último cabe considerar que a definição pública da parcela dos recursos financeiros da OUC do Porto para o referido programa de atendimento econômico e social não se encerra a uma dimensão contábil. Não há decisão pública sobre tal questão sem debate político sobre o sentido do desenvolvimento do projeto Porto Maravilha e seus fundamentos sociais e econômicos desiguais.

O cenário político de um debate como esse se retrai ainda mais quando se consideram três elementos articulados entre si: 1) a ausência de participação social prévia na definição de um projeto de desenvolvimento urbano como o da OUC do Porto; 2) a limitação da participação da sociedade civil na OUC de forma burocrática e restrita ao Conselho Consultivo da OUC do Porto,

que tem o poder de eleger quem da sociedade civil irá compor o próprio conselho – é bom lembrar que a dita participação da sociedade civil no referido Conselho Consultivo foi aprovada no capítulo IV da Lei 101/2009 da seguinte forma: “três representantes da sociedade civil que serão escolhidos pelos demais integrantes do Conselho, com mandato de três anos.”, e 3) a inexistência de estudo de impacto ambiental prévio da OUC do Porto do Rio e com discussão pública do mesmo.

Os desafios são imensos tanto do ponto de vista intelectual e profissional, quanto político para se desvendar os discursos e ações que fundamentam um projeto desigual de cidade. Contudo, parafraseando Gramsci, ao “pessimismo da razão” temos o dever de fazer se somar o “otimismo da vontade” para construção de uma nova práxis social e urbana emancipadora. O projeto de extensão “Direito a Cidade, Política Urbana e Serviço Social” integra o Fórum Comunitário do Porto nessa perspectiva e pretende, dessa forma, contribuir também com a construção de uma práxis universitária crítica e referenciada nessa dimensão ética e política da vida social e da formação profissional de futuros assistentes sociais.

Referências Bibliográficas

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Lei Complementar nº 101* de 23 de novembro de 2009. Disponível em http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/2010/06/LC101_-_23112009.pdf. Acesso em 23 de maio de 2010.

_____. *Lei Complementar nº102* de 23 de novembro de 2009. Disponível em http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/2010/05/LC102_-_23112009_-_Cdurp.pdf. Acesso em 23 de maio de 2010.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO. Informativo Porto Maravilha. Nº 2. Rio de Janeiro, Julho de 2010. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/Boletim%20do%20Porto.n2%20para%20web.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2010.

_____. Estudo de Impacto de Vizinhaça – EIV da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, s/d. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/web/esq/estudosImpactoVizinhanca.aspx>. Acesso em 29 de agosto de 2011.

_____. Porto Cidadão. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/web/sup/pmcid.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2013.

Jornal DESTAK, 21/05/2013. Disponível em <http://www.destakjornal.com.br/noticias/rio/aluguel-no-porto-ficou-mais-carro-que-no-centro-194536/>. Acesso em 24 de maio de 2013.

Mulheres, Gênero e a Área Portuária: perspectiva do reconhecimento na política urbana¹

Rossana Brandão Tavares²



Centro da cidade visto do Morro da Providência

Luiz Baltar

Desde o início da ocupação urbana na cidade do Rio de Janeiro, a área portuária carioca é um local de particularidades históricas, sociais, culturais e políticas. Hoje, é um lugar que tem passado por mudanças e muito tem se falado dos conflitos gerados pelo Projeto Porto Maravilha e Morar Carioca. Diversas questões estão ausentes nas ações do governo, uma delas é a dimensão das desigualdades de gênero. Este é um debate ainda bastante polêmico nas universidades, entre os movimentos sociais, os partidos políticos e até mesmo nos governos.

Historicamente, nossa sociedade evidência as diferenças biológicas (características físicas e genéticas) entre homens e mulheres para distinguir os gêneros. Estas justificativas foram e continuam sendo o meio pelo qual se impõe atributos do feminino e masculino, como se as mulheres nascessem com certas qualidades: doce, compreensiva, acolhedora, passiva e habilidosa para o trabalho doméstico, enquanto o homem seria naturalmente agressivo, forte, ativo e hábil para liderar.

No entanto, o movimento feminista colocou em cheque esta concepção. As feministas afirmam que ser mulher ou ser homem é uma construção social. Isto que dizer que desde crianças somos ensinadas(os) a sermos “femininas” ou “masculinos”. Sabemos que muitas(os) não se enquadram nestes estereótipos seja pela opção de sua sexualidade, seja pela sua identidade de *gênero*. Não

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Artigo inspirado no original Uma Análise das Desigualdades de Gênero em Favelas do Rio de Janeiro: Perspectiva do Reconhecimento para o Urbanismo, publicado em 2012 na *Revista Mackenzie*.

2 Rossana Brandão Tavares é arquiteta e urbanista, doutoranda do Proureb/UFRJ. Email: sana_brandao@yahoo.com.br.

necessariamente uma coisa está presa à outra. A filósofa francesa feminista Simone de Beauvoir, em 1949, com seu livro *O Segundo Sexo*, revolucionou a concepção do que é ser uma mulher: “ninguém nasce mulher, torna-se uma”.

Quantas vezes nos deparamos com mulheres que apresentam comportamentos tidos como masculinos e vice-versa? Por essa razão, as feministas dizem que, ao longo da história, os homens utilizaram, grosso modo, esta distinção para dominar os corpos e as mentes das mulheres. Sendo assim, durante muito tempo as mulheres eram consideradas seres inferiores ou de menor importância. Por isso, na sociedade, assim como nas instituições e até mesmo perante a lei, as mulheres não detinham dos mesmos direitos ou mesmo eram consideradas como uma propriedade dos homens. Ainda hoje, os reflexos desta concepção afeta a vida das mulheres e determinam o modo como se estrutura nossa sociedade.

Há avanços nas últimas décadas, mas o ideal ainda está longe. Por exemplo, quando olhamos para as famílias afetadas pela dinâmica de implantação dos projetos urbanos na área portuária, vemos claramente que as mulheres são as mais vulneráveis.

Neste sentido, propomos algumas reflexões a partir da questão da *redistribuição* e do *reconhecimento* como um dos caminhos possíveis para debatermos gênero e o direito à cidade, segundo a realidade sociourbana atual da área portuária.

Gênero e cidade

Ao olhar os dados do IBGE do último Censo, em 2010, nas áreas mais pobres e mais precárias da Providência, grande parte dos domicílios tem como responsável as mulheres, como é o caso da parte alta da Pedra Lisa (83,7%). Na Rua do Livramento, vemos inúmeras famílias vivendo nos cortiços, que também apresentam número significativo de mulheres responsáveis por seus domicílios.

Sendo elas economicamente menos beneficiadas que os homens – pelos dados do IBGE, nas favelas do Rio a média de renda é de R\$ 510,00 para as mulheres e R\$ 690,00 para os homens. As mulheres tornam-se mais sujeitas a residirem onde há mais problemas urbanos, como ausência de saneamento, do que em outros locais em uma favela. Por ganharem menos não conseguem alugar, comprar ou mesmo construir suas casas em locais menos precários, ou mesmo de viver em uma casa com boas condições de habitabilidade. Além disso, é preciso salientar que em quase 50% das famílias na Providência, são elas as responsáveis pelo domicílio.

As mulheres são as que mais resistem e se mobilizam frente às mudanças promovidas na área, e são elas as mais vulneráveis no processo de remoções. A

manutenção da integridade de sua casa é um aspecto muito importante para elas que são mães ou responsáveis por sua família. Por isso, nos processos de participação, não é difícil perceber que as mulheres são a maioria quando o foco é a moradia.

A experiência urbana, em muitos fatores, se diferencia entre os indivíduos e grupos sociais, principalmente se olharmos para a perspectiva de gênero. Nesta direção, barreiras tanto materiais quanto simbólicas deveriam ser quantificadas e qualificadas na política urbana e habitacional da cidade. Os programas de urbanização de favelas e de construção de moradia popular precisariam caracterizar e dimensionar estes aspectos, pois reforçam lógicas que vão contra ao que chamamos de *direito à cidade*. É uma noção de direito que extrapola a institucionalidade, mas que ao mesmo tempo passa por ela, pois a política urbana é de responsabilidade do Estado.

O debate político acerca do direito à cidade e gênero é algo ainda muito inicial no Brasil, principalmente quando buscamos tratar da problemática considerando de forma coexistensiva à dimensão de classe, cor/raça. Podemos afirmar que analisar as mulheres que habitam em favelas e bairros/áreas pobres da cidade é um caminho possível para este tipo de investigação.

Neste sentido, uma questão significativa no debate sobre favela e as mulheres são as diversas formas de segregação espacial vivenciadas. Nossa sociedade naturaliza o lugar das mulheres negras e pobres que habitam nessas áreas. Como se fosse normal que houvesse essa associação. Esta visão do lugar dos corpos dessas mulheres marca profundamente sua própria noção de direitos e a visão da possibilidade de "uma cidade" que considere suas necessidades e desejos.

Em entrevistas vimos que este aspecto é tão marcante em suas vidas que muitas afirmam nunca terem pensado ou conversado a respeito de como o lugar onde vivem poderia ser pensado para além da moradia (sobretudo habitabilidade e segurança da posse), ou mesmo para além das necessidades de seus(uas) filhos(as), como praças e áreas de lazer. Isto quer dizer questões para outros, mas que influenciam a sua experiência na cidade.

Indiferente à diferença: reconhecimento versus redistribuição

Historicamente se excluiu as mulheres do que é considerado universal ou para "todos". O princípio da universalidade deveria corresponder à diversidade de experiências de opressão e injustiça, afirmando demandas particulares (como as das mulheres) para finalidades políticas universais. Mas o que de fato aconteceu, "sob a capa dos valores universais autorizados pela razão foi [imposta] a razão de uma "raça", de um sexo e de uma classe social" (SANTOS, 2011: 30).

Somado a estas evidências, assistimos como a política urbana tem seus escolhidos. Escudados pelo discurso da ausência de recursos ou da falta de estrutura institucional, não é difícil observar como se tem priorizado os investimentos infraestruturais para bairros onde se localizam a classe média e alta. A desconsideração das particularidades de gênero e raça de forma mais ampla e não assistencialista também é uma característica das ações estatais.

Com isso, consideramos de extrema importância a apropriação das reflexões na contemporaneidade sobre duas categorias da ciência política: *reconhecimento* e *redistribuição*, na perspectiva da justiça e da igualdade, a fim de não recair em erros analíticos quanto ao debate sobre o enfrentamento das desigualdades de gênero no espaço urbano.

A estadunidense feminista Nancy Fraser (2006) apresenta reflexões que basicamente se baseiam no que ela considera “dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”, levantando o conflito político que cerca questões relacionadas à identidade, cultura e classe. Afirma que pessoas sujeitas à injustiça cultural e econômica necessitariam de reconhecimento e redistribuição. Assim, quem procura promover a diferenciação do grupo, tenderia à política do reconhecimento, e quem defende a sua desestabilização ou sua pulverização, tenderia à política da redistribuição.

Fraser assume que a sua perspectiva de justiça se relaciona à redistribuição e ao reconhecimento, mas há uma tensão neste debate, pois parecem ter, frequentemente, objetivos contraditórios:

Lutas por reconhecimento assumem com frequência a forma de chamar a atenção para a presumida especificidade de algum grupo [...] e, portanto, afirmar seu valor. Desse modo, elas tendem a promover a diferenciação de grupo. Lutas de redistribuição, em contraste, buscam com frequência abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo (Fraser, 2006: 233).

Quando analisamos mulheres pobres que vivem em favelas, podemos associá-las ao que Fraser considera coletividades bivalentes, “diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômica-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade” (Fraser, 2006: 233). Por isso, tais coletividades necessitariam dos dois para a busca da justiça.

Na política urbana, a consideração da dimensão de gênero surge apenas naquilo que reforça os seus papéis sociais tradicionais. Por esta razão demandas por creches, posto de saúde, praça para crianças, (isto é, aquilo que remete à sua responsabilidade doméstica e do cuidado com a família) são utilizados nos discursos políticos, como reivindicação das mulheres, mas de fato as encaram somente como mães. Sendo assim, a invisibilidade e a desconsideração da necessidade de mudanças na valoração cultural de gênero em favelas, por

exemplo, não encontra solução na redistribuição, mas no reconhecimento (Phillips, 2009).

Acompanhando de perto os casos de despejos, vimos que grande parte das famílias já removidas eram chefiadas por mulheres. Estas remoções foram noticiadas por diversos meios de comunicação. No prédio chamado “Apê”, na Ladeira do Faria nº125, onde foram removidas dezenas de famílias, 21 mulheres eram responsáveis nos 34 apartamentos mapeados. Em outro caso, uma área da favela conhecida como “Pedra Lisa”, os dados do Censo 2010 do IBGE, nos mostram informações interessantes: no setor censitário correspondente à parte mais alta, 19 domicílios têm como responsáveis os homens e 98 as mulheres.

Por isso, é importante que as desigualdades de gênero sejam reconhecidas neste contexto atual dos projetos Porto Maravilha e Morar Carioca. A indiferença sobre esta problemática coloca a questão “para debaixo do tapete”, potencializando conflitos do presente e possíveis conflitos no futuro. Acreditamos que apresentar dados, análises e reflexões sobre a situação de vulnerabilidade diferenciada das mulheres de áreas empobrecidas da região portuária é uma forma de trazer à tona as diferenças de sua experiência urbana e, consequentemente, a necessidade de *reconhecimento* das desigualdades de gênero na cidade no debate sobre a política urbana.

Referencias Bibliográficas

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós-socialista'. *Revista dos Alunos de Pós-graduação em Antropologia Social da USP*, São Paulo, v.15, n.14/15, p.231-239, jan/dez. 2006.

GOUVEIA, Taciana. Mulheres e Direito à Cidade: o sentido da liberdade. (In) FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO. *A Liderança Feminina nas Lutas Urbanas: direito e política no caminho das Mulheres*. Rio de Janeiro: ONU MULHERES, ONU HABITAT, 2011, p.6-9.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 mai. 2012.

PHILLIPS, Anne. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 223-239, jul/dez 2009.

SANTOS, Boaventura. Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. In *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8.ed. São Paulo: Ed Cortez, 2011. Vol 1.

VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARIKAS, Eleni. Universalismo e particularismo. In: HIRATA; LABORIE; DOARÉ; SENOTIER (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

YOUNG, Iris. Categorias desajustadas: Uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 193-214, jul/dez. 2009.

_____. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Herança Africana reconhecida ou ameaçada? Disputas em torno do legado negro na Zona Portuária

Sandra de Sá Carneiro¹



Tapume do projeto Porto Maravilha no
Morro da Providência - Luiz Baltar

O objetivo principal deste artigo é discutir os diferentes sentidos da apropriação da “herança negra” na Zona Portuária que emergem com as transformações que estão em curso na região, sendo conduzidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, precisamente por sua gestora: a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), responsável pelo projeto Porto Maravilha. Isso transforma a “herança negra” em um campo de disputas e de negociações em que atuam diversos atores sociais como, por exemplo, moradores, ordem católica e governo municipal. Sobre isso, tomamos como um “bom caso para se pensar” a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, instituído em 2011, pela Prefeitura, que, numa primeira, leitura pode indicar a valorização da cultura negra na região. Hoje existem na localidade diversos projetos de resgate da memória africana em disputa, por isso, entendemos ser fundamental examinar como se dá a construção social da Região Portuária como “território negro”, tendo por base o material de divulgação da própria Prefeitura, matérias veiculadas na imprensa, de alguns relatórios e estudos acadêmicos².

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, faço uma breve contextualização do processo de revitalização denominado Porto Maravilha. Na segunda, analiso alguns conflitos e tensões que emergiram com a “descoberta” ou com a “luta por reconhecimento” de dois pontos que fazem parte do

1 Sandra de Sá Carneiro é antropóloga, doutora em Antropologia Social pelo PPGSA/IFCS/UFRJ, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, turismo, peregrinação, ensino religioso, cultura popular e estudos urbanos. E-mail: sandrasacarneiro@uol.com.br

2 Todas as fontes utilizadas neste artigo encontram-se nas referências bibliográficas. Lá estão disponibilizadas os sites das matérias de jornais utilizadas bem como os estudos e pesquisas referentes ao tema que foram consultados. Basicamente, as informações sobre o Porto Maravilha foram retiradas de seu site oficial: www.portomaravilha.com.br.

Circuito e que envolvem diferentes atores sociais em torno das noções de quilombo, identidade e cultura. Na terceira, apresento algumas reflexões em torno do processo de “patrimonialização” que se dá com a criação do Circuito e do seu sentido e uso político.

Contextualizando: um pouco da história da região

O processo de revitalização denominado Porto Maravilha é considerado uma das maiores propostas de intervenção urbana e está transformando toda a paisagem da Zona Portuária do Rio de Janeiro. A partir de uma parceria público-privada, está previsto um plano de infraestrutura que engloba desde a transformação do sistema viário da região até investimentos em saneamento básico e telecomunicações. Com isso, esta região passou a ser construída como símbolo de um novo projeto de cidade e o governo local tem se dedicado cada vez mais na construção de uma imagem urbana positiva e atrativa a investimentos externos. Contudo, não podemos minimizar nem os diferentes impactos, nem os custos sociais deste projeto de transformação da cidade que foi aprovado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro sem maiores discussões, sendo objeto de vários questionamentos e críticas, tanto do ponto de vista urbanístico, quanto de seus efeitos para os moradores da região afetados mais diretamente por esta política³.

A Prefeitura do Rio de Janeiro sustenta que toda esta transformação irá trazer benefícios para a população local com a criação de novas condições de trabalho, moradia, transporte, cultura e lazer, além de proporcionar um fomento expressivo do desenvolvimento econômico da cidade, alegando ainda que os investimentos beneficiarão os moradores da região. Mas, ao mesmo tempo, há propostas de remoção de parte dos moradores mais pobres, de construção de novas habitações para a classe média e de transformação da região em um grande centro de negócios e de turismo. O que aponta para o descompasso no discurso da Prefeitura, veiculado através de diferentes meios. Este complexo processo de “revitalização” se apresenta assim como uma arena onde competem simultaneamente discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, interpretações oficiais e populares de um mesmo sistema de significados. Sabemos que toda política pública, enquanto um projeto, é passível de ter diferentes interpretações, particularmente ao criar e estimular um campo

3 Em maio de 2013 foi lançado o *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro* que denuncia e expõe as diversas violações de direitos que vêm sendo praticadas em nome dos megaeventos no Rio de Janeiro. Diferentes movimentos sociais, ONGs, instituições acadêmicas, lideranças populares, os atingidos pelas ações arbitrárias da Prefeitura estão se mobilizando para resistir aos processos de “mercantilização da cidade”.

variado de transações econômicas, políticas, turísticas e de especulação imobiliária. Isto serve tanto para difundir novas ideias e práticas sociais quanto para instaurar disputas, principalmente quando sabemos que a maioria das políticas urbanas sempre foi utilizada como instrumento de exclusão e perpetuação de privilégios e desigualdades.

Cabe lembrar que nos últimos anos a Zona Portuária carioca tem sido objeto de um processo lento e gradual de ressignificações. Esta região, mais do que uma área histórica de habitações populares, tem por especificidades ter acolhido o que pode ser percebido e entendido como espaços sociais e simbólicos de resistência popular (Monteiro e Andrade, 2012)⁴.

Nas três últimas décadas, gradualmente, foram implantados diferentes projetos de revitalização para a área, impulsionados por distintos prefeitos e, com isso, foi sendo produzido um discurso que passou a retratar a área como um espaço “degradado” e “vazio” que necessitava ter seus usos e funções substituídos. Contudo, ao longo da década de 1990, o governo municipal do Rio de Janeiro, particularmente na gestão de Cesar Maia, realizou uma série de medidas para que os bairros portuários fossem reconhecidos não por sua “degradação”, mas por seus aspectos históricos e valorização da área de “povoamento original” da cidade. E, no entorno dos morros classificados como históricos, foram desenvolvidos diversos mecanismos de controle e disciplinamento de usos. Desta forma, a emergência das noções de “sítio histórico” e de “área de preservação cultural” nas políticas públicas da cidade redefiniram as classificações que estavam incidindo sobre as áreas Portuária e Central⁵.

Já no início dos anos 2000, a retórica da “modernização”, da “revitalização” e de seus benefícios passou a predominar em detrimento à “retórica da perda” (Gonçalves, 1996).

Contudo, não podemos nos esquecer de que a vida social na Zona Portuária é bastante complexa e ainda bastante desconhecida, existindo muitas ten-

4 No século XIX a Zona Portuária foi palco das lutas abolicionistas, epicentro das grandes revoltas populares (da Vacina e da Chibata). Também foi nesta região que o sindicalismo dos estivadores e arrumadores ganhou força e onde ocorreram as primeiras lutas operárias organizadas, em particular as greves de 1903. Ou seja, existe uma longa e antiga tradição de movimentos reivindicatórios na Área Portuária.

5 De acordo com Guimarães (2011) a conversão simbólica da Zona Portuária em “sítio histórico” só foi oficialmente realizada em 1988 com a decretação da Área de Proteção Ambiental que ficou conhecida como Sagas (abreviação dos nomes dos bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo). Com isto, foram preservados cerca de 2.000 bens localizados principalmente nos morros da Conceição, da Saúde, do Livramento e do Pinto. Com a criação do Sagas, passou-se a demarcar os limites e fronteiras de uma nova espacialidade e temporalidade administrativa na Região Portuária, particularmente ao contrapor bens e logradouros preservados e não preservados. Ou seja, foi introduzida, a partir desta política, uma lógica que operava em seus espaços as distinções valorativas “históricos” X não histórica”, “cultural” X “não culturais”, herança negra X herança branca.

sões sociais que pouco a pouco vêm sendo evidenciadas e “descortinadas” por esses projetos urbanísticos. Tais conflitos muitas vezes são protagonizados por diferentes atores sociais que apresentam, representam e constroem suas “tradições” e “memórias” como relacionadas a territórios e identidades coletivas, se contrapondo às propostas urbanísticas da Prefeitura, a partir da elaboração de imaginários próprios.

Dentro deste contexto, é fundamental fazer uma reflexão sobre os processos sociais e simbólicos que transformaram a Zona Portuária em uma região de confluência de investimentos públicos e privados e, ao mesmo tempo apresenta propostas que parecem valorizar a “herança africana”. Mais do que processos culturais de construção seletiva, entendemos a construção de memórias como processos de múltiplas dimensões e que, ao serem negociadas em um mesmo contexto, assumem novas configurações. Entendo que o conceito de “lugar de memória” (Nora, 1976 e 1993) pode ser um bom referencial para pensarmos os locais que foram incluídos no Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, uma vez que aí temos situações onde o espaço físico (material) é visto como suporte para a formação de uma memória coletiva.

Ações em curso: disputas e negociações de território, patrimônio e de memórias

Praticamente quase todos os livros que falam da história da Zona Portuária mencionam a forte presença de negros na região, bem como apontam a Pedra do Sal como reduto do samba, do choro, berço do carnaval carioca, onde se organizaram os primeiros ranchos da cidade, onde ocorriam as festas de santos do candomblé. Mas, somente em 1987 o valor histórico e cultural desse local passou a ser oficialmente reconhecido e a localidade foi tombada como “testemunho cultural mais secular de africanidade brasileira” (INCRA, 2010: 19).

Localizada no bairro da Saúde, no sopé do Morro da Conceição, a famosa grande pedra, inclusa no Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, é constituída por uma parte mais lisa e escorregadia e uma área onde foram esculpidos degraus para facilitar o trabalho de subir na pedra e que dá acesso a outras ruas no morro. O local recebeu este nome porque era lá que o sal que chegava ao porto era descarregado pelos escravos. Em todo o seu entorno existem inúmeras casas de estilo colonial, a maioria delas pertence a uma entidade católica, Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT).

Existe um conflito antigo envolvendo esta instituição, antigos moradores do Morro da Conceição e um grupo que se autocalifica como Comunidade de Remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal que se iniciou no final

dos anos 1990, quando a ordem católica iniciou um processo de retomada de posse de diversos imóveis e de despejo de moradores. A alegação era o desejo de expandir seus projetos sociais. Muitos moradores saíram e outros resistiram, sendo que o caso foi parar na Justiça. No entanto, como depois de alguns despejos os imóveis ficaram vazios, houve uma série de acusações por parte dos moradores de que a intenção velada era a da “venda dos imóveis”, devido à especulação imobiliária, pois com o projeto Sagas, o morro da Conceição ganhou maior visibilidade e valorização. Mas, a ordem religiosa negou veementemente a pretensão de venda dos casarões⁶.

Segundo o antropólogo responsável pela elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), os sobrados da Rua São Francisco da Prainha e o entorno, reivindicados pelos quilombolas, serão incluídos na titulação e, no momento em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) emitir a documentação, a VOT será indenizada se apresentar documentação regular dos imóveis, sem irregularidade na transmissão dos títulos de posse. No entanto, visando a contestação dos argumentos favoráveis à titulação dos “quilombolas”, a VOT contratou outro antropólogo para provar que na área “não há remanescentes de escravos e nenhuma ligação cultural com o surgimento do samba ou outras manifestações culturais”⁷. Durante uma entrevista, o cientista social contratado afirmou que não “encontrou ligações daquela região com o surgimento de alguma atividade cultural ligada ao nascimento do samba” e que o “Morro da Conceição, na base do qual fica a Pedra do Sal, foi povoado basicamente por portugueses e espanhóis”. Tais afirmações, no entanto, não levam em conta as várias referências históricas que mostram a importância dos afrodescendentes nesta região, que ficou conhecida como Pequena África⁸.

Assim, no início dos anos 2000, começou a ser articulado de maneira mais visível um movimento que reivindica tanto a Pedra do Sal como seu entorno como marco simbólico e territorial de uma “comunidade de remanescentes do quilombo da Pedra do Sal”. Em 2005, com a emissão de uma certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP), tal comu-

6 Descendentes de escravos brigam com Igreja por posse de imóveis há 200 anos no Rio. Disponível em <http://noticias.r7.com/cidades/noticias/descendentes-de-escravos-brigam-com-igreja-por-posse-de-imoveis-ha-200-anos-no-rio-20110720.html>.

7 RJ - Direito de resposta da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência - Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, 2007, <http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detallhes.asp?cod=7369>

8 Segundo Nei Lopes (2001: 13) Heitor dos Prazeres costumava dizer na sua época que a Praça Onze era uma África em miniatura. A partir disso, Roberto Moura (1995) cunhou a expressão “Pequena África” para designar a região que se estendia da Praça Onze até o Campo de Santana, compreendendo as antigas freguesias de Cidade Nova, Santana, Santo Cristo, Gamboa e Saúde.

nidade foi criada nominalmente e iniciou-se um processo de regularização fundiária no Incra, que ainda está em curso. Com o reconhecimento da área como quilombola, ao menos 17 famílias ligadas à Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal (Arqpedra) poderão ser beneficiadas com a titulação.

A irmandade católica contra-argumenta, dizendo que tem documentos que mostram a propriedade da área já no séc XVII e o registro de doação da área feita por Dom João VI à VOT, em 1821. A partir desse impasse e de uma disputa que está longe de ser resolvida, a ordem religiosa entrou na Justiça por diversas vezes para evitar a transferência da posse para a “comunidade quilombola”.

Na verdade, houve um deslocamento dos argumentos em torno de uma disputa territorial para a busca de reconhecimento de um grupo de moradores, que passou a se autoidentificar como quilombolas, por seu território e, nesta medida, a questão étnica se tornou uma categoria capaz de revelar estratégias discursivas, bem como a categoria quilombo passou a ser uma figura jurídica, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Neste embate, o papel de mediação que foi assumido por agentes externos ao conflito relacionados ao poder estatal foi fundamental⁹. Referimo-nos especificamente aos argumentos produzidos pelos especialistas (antropólogos e historiadores) na produção do Relatório Histórico Antropológico sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo da Pedra do Sal, coordenado pelo Incra, que acabou por conferir um maior grau de legitimidade à reivindicação.

Também tiveram um papel determinante no reconhecimento desta comunidade os arqueólogos e o movimento negro, em que pesem as dificuldades de falar deste termo, como se fosse homogêneo. A leitura do relatório foi fundamental para a percepção de um conjunto de representações elaboradas acerca do grupo que se intitula “remanescente de quilombo”.

Neste contexto de disputa, a nossa hipótese é que havia, por parte desses interlocutores distintos, um elo em comum. A proposta era reverter a posição subalterna dentro de um universo de dominância branca com a valorização da herança africana na região, do reconhecimento da “comunidade quilombola” e, sobretudo, do resgate do papel da cultura negra na região.

Outra situação complexa que envolveu vários atores sociais em disputa foi a “descoberta” do Cemitério dos Pretos Novos, em 1996. O local destinava-se ao sepultamento dos escravos que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara ou imediatamente depois do desembarque, antes de serem

9 Sobre a atuação de agentes externos nas comunidades que pleiteiam o reconhecimento como quilombola, ver Lifschitz (2011).

vendidos, por isso, se denominavam pretos novos. O local funcionou de 1772 a 1830, no Valongo. Antes o cemitério ficava no Largo de Santa Rita, junto à Igreja de mesmo nome, em plena cidade, próximo de onde também se localizava o mercado de escravos recém-chegados. Diante dos inconvenientes da localização inicial, o vice-rei ordenou que mercado e cemitério fossem transferidos para o Valongo, área então localizada fora dos limites da cidade. Nele, os negros aprisionados na África e que sobreviviam à viagem transatlântica recebiam o passaporte para o cativo e passavam a ser conhecidos como o “negro de”, algum senhor de engenho. Os que não sobreviviam tinham seus corpos submetidos a um enterro degradante, “à flor da terra”, como nos lembra Pereira (2007).

Em vários textos analisados verifica-se a existência de uma relação conflituosa entre o cemitério, os moradores da cidade que exigiam a retirada do cemitério do Valongo, os traficantes que sempre disputavam o espaço mais favorável a seus negócios e as autoridades preocupadas com as condições higiênicas e sanitárias da população. A Igreja, por sua vez, pareceu sempre omissa e, mesmo quando o cemitério era em seu território, nunca ofereceu um enterro digno aos pretos, sendo que muito já haviam se convertido ao catolicismo.

Descoberto em 1996 durante o reforma de uma residência na Gamboa, o Cemitério dos Pretos Novos, ainda hoje é palco de disputas. Mas os incentivos restritos, somados à falta de interesse pela preservação deste local que sobreviveu e sobrevive graças ao empenho de seus proprietários, diminuíram muito a pesquisa arqueológica que contribuiria largamente para as pesquisas históricas sobre o cemitério. Isto de fato não ocorreu em 1996 e não é mais possível de ser feito devido à ocupação do território. Isto indica a falta de um compromisso maior que as autoridades locais tiveram com relação àquela descoberta arqueológica e com a pesquisa histórica no Cemitério dos Pretos Novos.

Atualmente, tanto os que se autot classificam como “remanescentes do quilombo” quanto os proprietários do Cemitério dos Pretos Novos vêm articulando propostas de financiamento junto a diferentes órgãos de fomento. Os primeiros têm como projeto potencializar tanto a reivindicação territorial quanto a simbólica em que as manifestações culturais negras ganham relevo; e os segundos, maior valorização da descoberta do sítio arqueológico do cemitério e as permanentes pesquisas.

Nestes dois casos estamos nos referindo a novos usos de conceitos como território, etnicidade, identidade e cultura e suas interfaces. Identidade tem um forte elo com território. Assim, ao cunhar aquela região como Pequena África, se atribui uma identidade cultural ao território, o qual é sempre construído pela imbricação de múltiplas relações de poder, do poder material das relações econômicas, ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. Como vimos, há um espaço de luta e de tensão permanente

em relação ao futuro das tradições locais, do patrimônio material e imaterial e, esse processo de revitalização, ainda em movimento, acaba por impor e determinar o que deve ou não ser lembrado, patrimonializado etc., levando sempre a uma relação tensa entre o espaço/memória/território idealizado e/ou concebido e uma ambiguidade em suas interpretações.

A criação do circuito e a domesticação da herança africana

Hoje, as cidades passam a ser entendidas como um locus que dispõe de um patrimônio valioso e digno de ser conhecido. É um processo que se caracteriza por uma invenção ou uma reinvenção de tradições, por certa folclorização de determinadas práticas urbanas, por uma culturalização de locais ou de “centros históricos” (Cordeiro, 1997; Costa, 1999) e, por uma transformação da arquitetura e achados arqueológicos em monumentos.

Entendemos que foi dentro desta perspectiva que o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana foi elaborado e criado em 29 de novembro de 2011, através do Decreto nº 34803. Todavia, a Prefeitura justificou sua iniciativa devido aos seguintes fatores: a) a importância histórica e cultural dos remanescentes revelados pelas pesquisas arqueológicas executadas na Região Portuária do Rio de Janeiro; b) a necessidade de socializar os diversos sítios arqueológicos existentes na região, notadamente o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos; c) necessidade de criar um agenciamento urbano que defina os limites do sítio arqueológico do Cais do Valongo, promova sua segurança e conservação, e apresente sua história; d) a vinculação dos diversos sítios arqueológicos à Diáspora Africana e à Cultura Afrobrasileira; e) o ano de 2011 foi eleito pela ONU com Ano Internacional dos Afrodescendentes e, f) neste ano, completa-se 200 anos da construção do Cais do Valongo.

O decreto de criação também instituiu o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito, definindo como membros fixos do GT a vice-presidente do Comedine-Rio, o representante da Cdurp e o coordenador Especial de Promoção da Política de Igualdade Racial (GP/Ceppir) e, como membros convidados, mencionava o nome de nove pessoas, sem a indicação da instituição ao qual pertenciam ou representavam, sugerindo que a participação se daria de forma individual. Sendo que a coordenação do GT ficou a cargo do Subsecretário do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Gabinete do Prefeito. Portanto, a função de gerência e administração do GT caberia a uma pessoa diretamente vinculada ao prefeito Eduardo Paes. O GT da Herança Africana, como passou a ser informalmente chamado, tinha por objetivo apresentar em 30 dias o recorte conceitual, histórico-cultural, de abrangência do circuito e

sua delimitação territorial. À primeira vista estas ações pareciam atender às exigências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de participação popular na elaboração do Circuito e do projeto. No entanto, entendemos, e é isso que queremos discutir aqui, que a composição do GT, em que pesem as participações “populares”, indica que tanto sua coordenação quanto os demais membros fixos seriam assumidos por pessoas ou grupos que tinham uma vinculação estreita com o governo municipal. Além disso, ao final de suas atividades, o grupo elaborou uma carta denominada como “Recomendações do Cais do Valongo”, que nunca teve ampla divulgação devido às divergências internas e substituição de alguns integrantes originais.

As questões que queremos levantar diante deste quadro são: Qual a concepção de herança africana que está sendo construída por este grupo? Como este legado está sendo ressemantizado naquele contexto? Em que medida a apropriação da herança africana construída como patrimônio pode passar a significar mais um “bem de consumo” que pode ser “comercializado” na lógica do mercado?

Inspirada na expressão de Pollak (1992), acreditamos que existem práticas que se tornam fundamentais no processo de “enquadramento” de uma memória afrodescendente na localidade. Por outro lado, a participação de setores diversificados da sociedade, com suas leituras diferenciadas acerca dos patrimônios afrodescendente da região, deixam as interpretações sempre abertas a novas possibilidades. Na ideologia de “revitalização” que prevalece no discurso do governo há uma construção discursiva que enaltece a tradição africana, mas ao mesmo tempo, em situações pontuais não oferece o apoio necessário para garantir, por exemplo, as pesquisas científicas necessárias para o “desvendamento da história dos negros naquela região. Isto se verifica através de várias ações da Prefeitura desde o início das obras do Porto Maravilha. Dessa forma, cabe analisar como determinados locais foram e são socialmente construídos enquanto legado africano. Tal processo instiga, assim, a construção de um olhar mais apurado sobre as negociações que se processam na dinâmica da vida local entre território, patrimônio e identidade. Sustentamos que, neste contexto, estas dimensões estão sempre se mesclando, se articulando em uma nova configuração. Por isso, devemos entendê-las dentro desta dinâmica e não através de suas definições isoladas, pois isto levaria a uma essencialização.

Nesta lógica de promoção de um produto – e é assim que estou entendendo a criação do Circuito analisado – a categoria patrimônio tornou-se um recurso incontornável das estratégias de definição de uma imagem de marca, constituindo-se, ele próprio, como a “marca” que define certo valor concorrencial e comunicacional. Como nos lembra Peixoto (2001), as cidades históricas representam um dos modelos identitários de desenvolvimento urbano que mais se tem multiplicado.

Espaço de luta e de tensão em relação ao futuro das tradições locais, do patrimônio material e imaterial, a Região Portuária ainda hoje pode ser pensada dentro de toda uma dinâmica que implica nas relações sociais que se dão no cotidiano da vida local, com seus múltiplos espaços de música, de dança, de religiosidade e formas de sociabilidade.

No entanto, o governo local, através do processo de revitalização ainda em movimento, tem agido de forma autoritária sob o manto da “participação popular”. Assim, acaba por impor e determinar o que deve ou não ser lembrado, patrimonializado etc, levando sempre a uma relação tensa entre o espaço idealizado e o vivido; entre a cultura essencializada e aprisionada “nos patrimônios” e a cultura “viva”; em movimento que transforma o cotidiano da vida local com diferentes modalidades de música, de religiosidade, de personagens, modos de vida e formas de habitar.

Na origem da “invenção”, “reinvenção” e divulgação de um local como patrimônio ou turístico estará sempre subjacente um processo cultural, através do qual as atrações naturais ou culturais existentes são transformadas em algo que as transcende, mas que também poderia ser entendido por referência ao grupo social ao qual se dirige. Segundo Gonçalves (2005:16-17), patrimônio cultural é herança, mas é também propriedade, por isso, defendemos, que não basta uma decisão política do Estado para legitimar um patrimônio e criar o “Circuito da Herança Megra”, é preciso “ressonância” junto a uma população, a um público. Segundo o autor, patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres etc.

A partir dessas reflexões iniciais entendemos que os locais que compõem o Circuito da Herança Africana adquirem uma conotação política, podendo contribuir tanto para as lutas por legitimação e contra a discriminação dos que se consideram afrodescendentes, como para certa “folclorização” de suas reivindicações e domesticação de sua herança cultural. Com isto, o legado africano se torna ele próprio objeto de todo tipo de disputas – econômica, política, cultural.

Em suma, acreditamos que a questão da disputa em torno do legado da cultura negra à região pode contribuir para o entendimento das permanências e mudanças em torno deste tema como forma de resistência e de luta frente às rupturas que se enunciam – em especial em um território que tem muitas histórias e tradições, um campo minado de memórias em disputa.

Referências Bibliográficas

CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro). *Porto Maravilha: um sonho que virou realidade*. 2009. Disponível em: <http://www.portomaravilhario.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx> .

CORDEIRO, Graças Indias. *Um lugar na cidade*. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica. Lisboa: Don Quixote, 1997.

COSTA, Antonio F. *Sociedade de bairro*. Dinâmicas sociais da identidade cultural. Oeiras: Celta, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1996.

_____. Ressonância, materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, no.23, jan/jun, 2005.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio (2011) *A utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônios na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, PPGSA/ UFRJ.

LIFSCHITZ, Javier. *Comunidades Tradicionais e Neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LOPES, Nei. *Guimbastrilho e outros mistérios suburbanos*. Rio de Janeiro:Dantes/Rioarte/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

MONTEIRO, J. C. C. dos Santos e ANDRADE, J. S. C de. Porto Maravilha a contrapelo: disputas soterradas pelo grande projeto urbano. *E-metropolis*. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, nº 8, ano 3, Março, 2012. Disponível em: http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n08.pdf

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África do Rio de Janeiro*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

NORA, Pierre. NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.

_____. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PEIXOTO, Paulo (2001), “As cidades e os processos de patrimonialização”. In: PINHEIRO, M., BAPTISTA L.V. e VAZ, Maria J. (orgs.), *Cidade e Metrópole: Centralidades e marginalidades*. Oeiras: Celta, 171-179.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond; Iphan, 2007

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.1, no. 10, 1992

Sites consultados:

www.portomaravilha.com.br

www.twitter.com/portomaravilha

www.facebook.com/portomaravilha

www.blogportomaravilha.com

<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/descendentes-de-escravos-brigam-com-igreja-por-posse-de-imoveis-ha-200-anos-no-rio-20110720.html>

<http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=7369>

Entrevista com Márcia de Deus, moradora do Morro da Providência

Anelise Gutterres e Rachel Barros



Placa produzida por morador para
tentar impedir a demolição de sua casa

Luiz Baltar

Márcia é moradora do Morro da Providência. Ela se tornou muito conhecida por sua luta contra a remoção de sua casa, e contra as arbitrariedades da prefeitura no processo de execução do projeto Morar Carioca na comunidade. Por sua resistência e por sua luta – já bem antiga na reivindicação de direitos para os moradores da Providência – Márcia não podia ficar de fora dessa publicação. A entrevistamos em uma manhã do mês de março em 2014. Nossa conversa foi ao redor de uma mesa, no interior da casa que ela lutou tanto para que permanecesse de pé. E conseguiu.

Anelise: Márcia, conte para a gente como você chegou aqui no Morro da Providência, e qual a sua relação com a luta pela permanência nesse lugar?

Márcia: Estou com 55 anos hoje. Meu pai era ferroviário lá em Matias Barbosa (MG) e, depois ele veio pro Rio, entrou pro Sindicato dos Arrumadores. E foi seguindo a vida, foi presidente da Associação dessa comunidade. Infelizmente, por se dedicar muito à comunidade ele teve um fim muito trágico. Aí quiseram que eu ficasse com esse cargo dele e eu falei ‘não’. É que a minha {disposição} é outra, totalmente diferente.

Meu pai morreu em junho de 89. Meu pai morreu enforcado. A família procurando, porque ele saiu para resolver um problema e não voltou. Aí passou o primeiro dia, nada. O segundo dia, nada. No segundo dia todo mundo já começou a ficar apavorado. Aí procura daqui, procura dacolá. Aí encontraram o meu pai morto, enforcado numa casa, lá no Sessenta, uma localidade que tem aqui. Aí, dali pra cá muita coisa na vida da gente mudou, mas permanecendo na comunidade. A casa ainda existe. Agora há pouco tempo eu perdi a minha mãe. Perdi minha mãe agora em 2013, no finalzinho. Mas continua a casa, continua do jeito que ele fez. Tenho irmãos morando na casa. Ainda continua. Só eu que me diferenciei. A minha vida é diferente da deles.

Rachel: E como era ser filha de um líder comunitário?

M: Eu me lembro que na época eu tava grávida do meu filho que hoje vai fazer 25 anos, eu me lembro que quando ocorria algum problema, o pessoal ficava lá na porta gritando: “Seu João de Deus, Seu João de Deus”. Aí eu tomava a frente: “O que que é? Vocês tão procurando meu pai?”, “Ah, é para resolver um problema ali” e naquela época meu pai, ele era aquele presidente de associação, mas ele corria pra comunidade, entendeu? Por exemplo, você conheceu uma família, aquela família não tem isso. “Pera aí que eu vou ajudar”, “Ah, a gente quer fazer mais um puxadinho”, ele tinha os contatos dele, ele arrumava tijolo, areia, cimento, para as pessoas construírem. Aí tinha criança pequena, não tinha renda. “Ah, pera aí, vou arrumar leite pra vocês. Vou arrumar... uma mistura”. E meu pai foi assim dentro dessa comunidade. Depois que meu pai morreu, muita coisa mudou.

Anelise: O que mudou?

M: Ah, mudou muito... Eu até na época falava pro meu pai assim “Você é muito bonzinho, hein? Olha o que aconteceu com o Zé do Queijo, a Maria Rosa lá da Rocinha”, um casal que eles eram presidentes da associação lá da Rocinha e aí mataram eles. Aí eu falava pro meu pai... “Sai fora disso, pai, a gente ajuda muito as pessoas e, depois, não é por a gente ajudar, tem gente que lhe agradece, mas tem gente que, sei lá, fica com olho no que você faz, sei lá”. E acabou que aconteceu isso com meu pai. Então, as pessoas: “Ah, porque você não é liderança comunitária?”. Não, eu liderança comunitária, não. Não tem nada a ver comigo. Se eu tiver que ajudar, vou ajudar da minha maneira. Mas agora, assumir uma responsabilidade... A associação de moradores hoje em dia é muito diferente de antigamente.

A associação de moradores na época do meu pai era assim: era uma união, uma família. Hoje em dia não, eles visam o lucro pro próprio bolso deles. E a comunidade, você vê que tem lugar que a comunidade é dividida, a associação de moradores quer uma coisa e os moradores ali, em si, querem outra totalmente diferente. Então não tem nada a ver. Comigo não tem nada a ver. Entendeu? Então, pra mim é totalmente diferente. Não é minha praia, não funciona assim. Hoje, eu faço parte de uma comissão de moradores. Comissão de Moradores é uma coisa, Associação de Moradores é outra. Comissão de Moradores a gente reúne aquele número de pessoas, e aí sim tem um que representa a Ladeira do Barroso, outro representa a Escadaria, um representa o Faria, um representa o Sessenta... que é a divisão da comunidade, né... E assim vai.

Anelise: Mas como é que chegaram até esse modelo?

M: Devido à mudança que começou a ocorrer dentro da comunidade, sem a comunidade saber o que na realidade estava acontecendo.

Rachel: A mudança que você diz, é mudança urbana?

M: Mudança urbana dentro da comunidade. Só que os próprios moradores não sabiam o que era aquilo. O que estava acontecendo, o que ia acontecer.

Rachel: E quando começou?

M: Começou acho que foi em 2010, 2011... Foi tanta truculência que você procura até esquecer algumas coisas...

Anelise: E a associação não interferiu nessa mudança?

M: A associação não interferiu a favor do morador. Ela criou aquele grupinho deles ali, então a briga deles ali é para beneficiar eles mesmos, não a comunidade. Se você sair hoje aqui fora e perguntar às pessoas: “O que você acha disso tudo?”, elas respondem: “Isso tudo o quê? Isso aqui?” e apontam pro teleférico. Isso aqui foi uma destruição que houve dentro dessa comunidade, é assim que o povo vai falar pra você, e eu completo: a gente tinha uma única praça nesse local, que era a Praça Américo Brum. Acabaram com a Praça. Antes deles fazerem aquilo tudo na Praça, juntou um número de moradores e começaram a fazer uma manifestação. Fizeram aquela manifestação na praça, abraçamos a causa da praça para não a tirassem dali. Porque, primeiro, era uma época de férias, um monte de crianças dentro dessa comunidade, eles fecharam a praça em junho, para poder fazer o que eles bem entenderam. Aí tinha gente que ficava do lado da gente e dizia “Ah, vocês tão certos”, mas tinha outras pessoas que diziam “O progresso tem que chegar”. Mas aí tem que chegar um progresso para beneficiar todos nós, não é para beneficiar um, dois, três. Progresso tinha que ser para todos. Só que o que eles fizeram nessa praça, eu acho que pra maioria não vai ter serventia. O quê que digo pra você, fizeram aquele teleférico ali pra quem ver? Pra mim aquilo não é, sabe por quê? Porque pra mim eu subo a pé ou de Kombi, a Kombi me deixa aqui, na porta de casa. E aqueles que moram lá em cima? Como é que eles vão ser beneficiados?

Anelise: O problema é que as obras, pelo que entendemos, não foram negociadas com os moradores.

M: Não, nenhuma... O morador, na realidade, ele não participou de projeto nenhum. Não foi mostrado nada disso ao morador. Quando a gente foi ver as coisas estavam acontecendo. Por isso que eu digo que a associação de moradores, ela tava por dentro disso tudo, mas ela foi incapaz de chegar pro morador e falar a realidade. Então, pra mim, por isso que eu digo, a associação lá, e eu cá.

Anelise: Você disse que antes a associação era melhor. Existiram outros líderes além do seu pai?

M: Muitos. Foi meu pai, João de Deus, foi Dona Iraci, foi o Rogério, pessoas muito atuantes na época... Aí depois já começou a cair, aí entrou um cara que deu uma rasteira. E dali, pra mim, acabou a associação de moradores da comunidade, da Providência.

Rachel: Essas transformações, essas obras... Como você acha que as pessoas estão sendo impactadas por elas?

M: Ah, uns estão sendo beneficiados, outros não. E pra ser sincera, a maioria não tá gostando nada disso. Porque isso tudo começou a acontecer, também, depois que a comunidade foi pacificada.

Anelise: Mas você vê uma relação entre essas coisas?

M: Ah, eu vejo muito. Pacificam a comunidade. Aí a pacificação, ela se forma assim oh: pacificou, vamos fazer a mudança. Porque antigamente a gente sabia que tinham vários confrontos, era bandido, polícia, polícia com bandido... aí pacificou, melhorou um pouquinho, mas agora nos obrigam a sair das nossas casas? Não é assim que banda toca. Se pacificou, vou melhorar pra você também. Mas não, a gente é convidada a sair.

Rachel: Mas os motivos que as pessoas saem, é só por causa dessas obras ou tem algum outro motivo?

M: Ah, não, são esses megaeventos que estão acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, eles querem mudar, mostrar. Na realidade eles querem fazer uma nova Providência. E eu não posso participar dessa nova Providência, ficando dentro? Pra eles não interessa.

Anelise: Que nova Providência será que eles imaginam?

M: Ah, eu digo que Barcelona é aqui... Berlim... Tudo diferente. Eu não sei também, por isso que eu to na briga, eu continuo brigando pela minha comunidade, pelo meu espaço dentro dela, pela minha casa, continuo. Passei tudo: era tiroteio, tiro já bateu na minha casa... Eu to aqui graças a Deus. Eu me pergunto, porque que não melhora? Faz a melhoria na comunidade. Aquele barraquinho tá feio? Joga uma tinta, faz uma pinturinha... Não fizeram em outras comunidades? Porque que aqui não pode ser feito?

Rachel: E como tem sido essa atuação da prefeitura aqui? Como é que é essa relação com os moradores?

M: A pior possível. Eles chegaram com aquela sigla “SMH”, que hoje eu digo pra você que significa “Saia Morador Hoje”. Não é assim que a banda toca. Eles não tinham respeito. Todos truculentos.

A truculência é se você não sai por bem, tu sai por mal. Não é assim que a banda toca. Sem diálogo. E você sem saber o que era aquilo. Porque na minha casa entrou uma cidadã e disse “Eu sou a prefeitura”. Ela entrou aqui dizendo que haveria uma reforma aqui, que eles iriam reformar isso aqui tudo. Quem não quer? Então, quer dizer, abrimos a porta. Mas depois a gente viu que não era nada disso. Aí que a gente abraçou a causa e estamos nessa luta aí que vocês sabem.

Anelise: Sim, a gente acompanhou e sabemos que não foi fácil. Hoje, você é considerada pelos outros, assim, uma resistente. Você se considera?

M: Eu me considero uma resistente. E vou continuar resistindo.

Num momento nós confiamos, depois eles mostraram que não era nada daquilo. Aí que foi a revolta da maioria das pessoas da comunidade. Foi quando eles vieram já com a truculência: se você não sair por bem, você sai por mal. Gente, é muito humilhante, eu tenho uma casa enorme, isso aqui é o meu mundo. Aqui criei meus dois filhos, porque eu tenho um parido do coração. Hoje meu filho tem um teto dele, hoje mora aqui na minha casa eu e minha filha. Eu to aqui no meu espaço. Agora, sabe, te oferecem uma coisa humilhante... Tirar você daqui para colocar você aonde se não tem nem lugar para colocar ninguém? Não tem nada. Aí não te mostra nada, eles falam assim “Vou te oferecer um aluguel social”, R\$ 400, o que é R\$ 400 dentro da cidade do Rio de Janeiro? Nem um cubículozinho com banheiro lá fora tu tá encontrando mais. Era isso que eles estavam oferecendo. E muita gente aceitou, né. Hoje, eu acredito que tem muitos arrependidos. Mas não querem dar o braço a torcer. Eu acho que é com medo de represália.

Rachel: Existem represálias?

M: A gente sabe que tem. A gente vê na televisão toda hora, tudo o que acontece. Tem sim: Eu digo pra vocês hoje que esse governo que a gente vive é um governo que não gosta de pobre. O pobre pra ele só presta quando começa a chegar campanha política. Eles vêm, sobem em comunidade, beija os melequentos, abraça aquelas velhinhas sujinhas... Agora, só que eles tinham que pensar, né. Eles tinham que pensar muito antes de fazer isso tudo que eles tão fazendo. Porque se eles chegam aonde eles chegam, foram os pobres que botaram eles lá. Aí depois que eles conseguem, eles querem massacrar.

Rachel: Você acha que teve muita gente que votou no atual prefeito aqui?

M: Teve: A maioria votou, recebeu a ameaça dessa maneira: “Ah, tem que votar no prefeito porque senão vocês não vão ganhar a casa de vocês”, aí depois eles viram o que aconteceu. O voto não é secreto? Cada um faz do seu voto o que quer. Mas eu ouvi muita gente dizer “Me arrependi”, e eu falei “Tarde demais”. Quem não escuta conselho ouve coitado. Quer dizer, se conselho fosse bom, ninguém dava, vendia.

Rachel: Agora, dessas coisas todas que você falou da prefeitura, o que você considera uma violência que deveria ser denunciada, algo que a prefeitura vem fazendo por aqui. Você falou um monte de coisa sobre a truculência, mas tem alguma coisa que você acha que merecia ser denunciada para que as pessoas soubessem como a prefeitura age?

M: Olha, eu já sofri todo tipo de violência. Veio um cidadão, que eu falo, esclareço, veio um tal de Hildo... Eu abri um boletim de ocorrência em cima desse cidadão... Já arrombaram a janela da minha casa, eu fiz um boletim de ocorrência... As pessoas deveriam fazer a mesma coisa, mas tem gente que tem medo. To na luta, vou botar minha cara mesmo. Mas tem gente que tem medo.

Rachel: Mas esse tipo de postura é comum, invadir a casa dos moradores?

M: Aqui o pessoal de manhã ia trabalhar, quando voltava tava a sigla SMH. Conduta feia, né, que a prefeitura usa. Mas só que eles negam, e vão negar sempre, né. Basta você fazer o quê? Fazer um B.O. em cima deles. Eu aprendi com minha amiga. Aquela ali é uma lição de vida para mim. Tem que aprender a denunciar toda truculência que você sofrer. Dali pra cá, eu passo isso também pras pessoas: “Gente, eu passei por isso. Vocês também têm que aprender a fazer valer o valor de vocês”. Não é porque a gente mora no

morro que a gente não tem valor não, a gente tem valor sim. Tem aqueles que têm medo de botar a cara e tem aqueles que não têm medo de botar a cara. Se todos fizessem assim, muita coisa não acontecia. Mas isso tudo que aconteceu aqui, pra mim foi um aprendizado. Não é porque eu moro no morro que não tenho direito, não tenho valor... Moro no morro com muito orgulho, tenho direito, tenho valor sim. As pessoas tinham que aprender isso. A-pren-di-za-do.

Anelise: E quais foram para você as situações de maior aprendizado?

M: Sofri muito, chorei muito, eu dormia com medo. “O trator vai passar aí amanhã, hein. Se tu não sai por bem, sai por mal”. E eu dormia assim, ó. Mas hoje em dia não-hoje em dia eu to bem. Meto a cara, pergunto pros homens que batem na minha janela: “Pois não, o senhor é da onde? O seu crachá, por favor. Dá para se identificar? Se não se identificar, não tem conversa”. Funciona desta maneira, agora. Num ponto foi bom, em outro ponto foi ruim, mas eu aprendi. Tem que saber pra quem você vai abrir a tua porta. E isso eu aprendi com isso tudo que aconteceu, e com a minha amiga que quase morreu soterrada na casa dela, com essas truculências todas também. Foi tudo um aprendizado.

E nessa truculência toda nós perdemos muita gente. Seu Nélcio, um guerreiro... morreu com esse choque todo, brigando com a gente. Roberto, que é ali do que eles dizem que é o plano inclinado, perdeu a mãe nessa truculência. A Neuzimar perdeu a mãezinha dela nessa truculência. E eu, no finalzinho agora, a minha mãe, não falava comigo. Porque fizeram a cabeça dela dizendo que eu estava atrapalhando as obras. A minha mãe entrou dentro da minha casa e falou: “Minha filha, saia da sua casa”. Eu falei: “Saia a senhora da sua, eu não vou sair da minha, porque não é assim que a banda toca”. Não falava comigo, porque ela achava que eu estava errada, porque as pessoas têm mania de dizer que a prefeitura tem o poder. Não, o poder quem tem é Deus. Aí fizeram aquela lavagem cerebral na pobrezinha. Minha mãe levou um tombo, dentro da Central de Brasil. Mas, quer dizer, ela já tava com aquele problema todo, aquilo tudo guardado, né. Ela ficou magoada comigo, aconteceu esse acidente e na volta disso tudo, ela não resistiu. Ela teve duas paradas cardíacas e um infarto. Mas a minha mãe tá no céu, tá brilhando, e eu já falei pra ela: “Eu sou a estrela. A senhora brilha aí em cima e eu to brilhando aqui embaixo, que eu vou continuar na minha luta”.

Anelise: Como é que vocês têm se organizado para resistir a toda essa truculência?

M: A gente faz reuniões, tem as pessoas que nos apoiam, participam das nossas reuniões, nos ajudam... Quando a gente pensou que não tinha luz no fundo

do poço, apareceu muita gente para nos apoiar. Veio o Fórum Comunitário do Porto, veio o pessoal da Defensoria Pública para nos apoiar, então, quer dizer, tá todo mundo numa luta só. Tem aquela união. E assim a gente tá chegando, tá caminhando.

Rachel: E tiveram conquistas no processo?

M: Já tivemos duas conquistas. Tivemos uma primeira liminar¹... que permanece... Isso é vitória. Mas não é por isso que ganhamos... Não, a luta continua, continua. A gente não é contra isso tudo que está acontecendo, a gente queria participar, que tivesse a participação da comunidade, que eles chegassem pra comunidade: “Olha, vai acontecer isso assim, isso assim, assado. Vamos sentar? Vamos se reunir? Isso aqui serve? Isso aqui não serve? Pode fazer isso com a comunidade?”, mas não... Eles acham que eles é que mandam. A única coisa que a gente queria é que a associação estivesse junto com a gente, entendeu? Para não dizer que a gente tá desfazendo deles. Mas como eu falei no começo pra vocês, a gente é uma coisa muito diferente. E onde tem dinheiro, as pessoas deixam se levar muito fácil.

Anelise: Por que você acha que a Prefeitura faz esse discurso que tá dialogando com a comunidade através da associação?

M: Ah, é tudo política, pra mim é tudo política.

Anelise: Você acha que essas obras só entram na comunidade porque tem alguém que ganha?

M: Com certeza. E esse alguém vem através da associação de moradores. Mas a gente sabe que essa obra que tá acontecendo aqui, a gente sabe que isso é tudo por causa desses megaeventos que estão acontecendo na cidade. O Seu prefeito, pela vaidade dele, queria mostrar. Essa comunidade aqui, gente, é uma comunidade rica. Todo mundo sempre teve olho nessa comunidade. Aquilo que não conseguiram, esse prefeito falou: “Eu vou conseguir”. Mas conseguiu

1 Expedida em 2012, a liminar paralisou as obras do Projeto Morar Carioca, alegando: falta de estudo de impacto de vizinhança, falta de estudo de impacto ambiental e de realização de audiências públicas que informassem os moradores sobre a qualidade, as dimensões e os impactos do projeto. Por conta dessa e de outras irregularidades e impactos negativos do programa na favela o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro moveu uma Ação Civil Pública (ACP) em defesa dos direitos dos moradores da Providência, por um esforço conjunto dos integrantes da rede de contestação.

da maneira truculenta e aí, tá ali ó, o elefantinho branco² tá ali parado. Porque que ele não coloca aquilo para funcionar? Já que fez, já que gastou tanto dinheiro? Vai dizer que são seis moradores que estão atrapalhando a obra? Tá tudo errado, não teve participação do morador no projeto. Aí eu pergunto pra vocês: cadê o projeto? Ninguém viu esse projeto até o dia de hoje. A gente busca por esse projeto. Cadê o estudo de impacto ambiental? Cadê o estudo de impacto de vizinhança? Nada disso teve.

O AP³ demoliram, as pessoas foram morar lá na Nabuco de Freitas por pressão dessa comissão de moradores⁴. Não foi pela associação de moradores; que esses moradores ganharam a casinha deles lá na Nabuco de Freitas.

Anelise: E sobre o projeto que ele apresentou, como foi o processo?

M: Ele falou assim: “Olha só, vai haver o plano inclinado sem a remoção do morador”. Tá, aí mostrou o desenho. Aí você para subir – eu não sei a medida da escadaria aqui, né? – mas então o plano inclinado ficou com 1,80 m de largura, aí você entra naquela cabinezinha pra poder subir. Aí fica 40cm de um lado, 40cm do outro lado. O morador do lado esquerdo pra ele ir pra casa dele, ele vai pegar o bondinho do plano inclinado, ele vai até lá em cima e aí, depois, vai descer a pé para poder chegar onde fica a altura da sua casa, porque não tem parada... Tá tudo errado, gente.

Rachel: E esse plano inclinado, ele foi apresentado como projeto?

M: Eles tentaram passar pra gente como projeto mas, eu te falei, aqui a gente já aprendeu muita coisa, né. Então, não passou despercebido. Nós perguntamos: “Isso aí que é o projeto? Que coisa ridícula”. Um pedaço de papel, qualquer pessoa vai numa lan-house da vida dessas e faz aquilo ali. Poderia pelo menos mostrar uma coisa decente... No entanto, foi aquela coisa horrorosa. Chegamos lá e ele chegou com esse tal papelzinho nojento, ridículo... o prefeito deu 48h pra gente fazer um acordo... Mas acordo em cima de quê? Ele não gostou muito né. “A gente não veio aqui para fazer acordo, a gente quer o projeto, a gente quer o que a juíza pediu, o projeto e os laudos, de impacto ambiental

2 Elefante branco é como Márcia se refere a obra do Teleférico, construído sobre uma antiga praça da comunidade.

3 AP é como é chamado um prédio de apartamentos perto da casa de Márcia, demolido para dar lugar a um Centro Esportivo que não saiu do papel.

4 Como pode se notar há uma diferença explícita na fala de Marcia entre a associação de moradores e a comissão de moradores, coletivo que ela faz parte junto com mais moradores que se uniram para questionar as irregularidades na implementação das obras e execução dos projetos urbanos no Morro da Providência.

e de vizinhança”. Não tem. E a gente continua. Só que a gente foi muito massacrada, por um dos próprios defensores⁵ que queria que a gente aceitasse esse acordo de qualquer jeito. A gente foi muito humilhada. Mas sem projeto, nada feito.

Rachel: Resistiram?

M: Continuamos na resistência. Aí tem hora que eles falam: “Ah, liminar vai cair” ... Um dia que ela vai ter que cair, não vai? Reabre-se outra. Mas a gente continua.:: a gente não quer sair da nossa casa não. A gente não tá pedindo para sair da nossa casa.

Anelise: E essa relação com esses governantes, você como moradora de uma comunidade, falou “Ah, vem aqui e pensam que a gente não é inteligente, vem aqui e pensam que não tem graduado, vem aqui e pensam que a gente não conhece minimamente nossos direitos”. Isso também foi um aprendizado ao longo dos anos, lidar com essa visão que tinham do favelado? Como foi esse processo com outros governantes, de ir resistindo e dizendo “Não, pera aí, não é assim que a banda toca”.

M: Nas outras obras nós não passamos por isso, não. As outras obras que teve aqui, a mais recente que eu me lembro foi de 2007, o Favela Bairro. Nós não sofremos com isso não, muito pelo contrário. As pessoas que passaram por esse processo, foram todas muito bem tratadas. Continuam todas morando dentro da comunidade. Fizeram a contenção do que era área de risco, que veio desde a Pedra Lisa para terminar aqui no topo da escada. Foi totalmente diferente, não houve essa truculência toda que a gente passou não. Você nem sabia que tinha obra na comunidade. Você só via os carros subindo com concreto. Foi uma coisa bem suave. Não foi desta maneira que estava ocorrendo agora em 2010, 2011.

Anelise: E teve a manutenção dessas obras?

M: Só não teve a manutenção. Naquela época, eles fizeram quatro mirantes no morro. Um atrás da igreja, um no Cruzeiro, um na Travessa Dora, que era onde minha mãe morava, e um aqui na praça, que também acabou para dar entrada no teleférico. Teve mudança também na escadaria, eles colocaram o

5 Para uma aproximação dos conflitos entorno da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, sugerimos a leitura do texto de um ex-defensor, Alexandre Mendes. Disponível em: <https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2014/03/clique-aqui1.pdf>. Acessado em dezembro de 2014.

corrimão depois dos três primeiros lances; eles fizeram aquela modificada na escada. Não fizeram nos três primeiros vãos porque os três primeiros vãos da escada eram da época dos escravos. Daquele terceiro vão em diante, foi que eles botaram corrimão até lá em cima. Só que não houve manutenção, acabaram quebrando... tem alguns pedaços que ainda tem o ferro do corrimão, tem outros que não tem.

Anelise: E essas obras de agora, esse pacote que veio... Não sei se você tem essa percepção que nós temos, que foram obras que chegaram meio prontas.

M: Esse pacote já vem junto com a UPP, colocaram a UPP primeiro, pacificaram a comunidade, tinha aquele esquema deles pronto. Só que a gente que mora, não sabia de nada.

Anelise: Você comentou que notava um desejo... que estavam querendo se apropriar da comunidade já fazia tempo.

M: É porque antes, assim que entrou a UPP... o primeiro responsável que foi o Capitão Glauco, deixou bem claro pra gente que se a ordem chegasse no colo dele, ele ia fazer valer a ordem. Se fosse para tirar, ele ia tirar. Só que quem saiu foi ele, nós ficamos aqui ainda, graças a Deus. Agora tem outro capitão que eu não sei quem é: Espero que ele seja pacífico junto com a gente também...

Anelise: A relação com ele é tranquila...?

M: Não o conheço. O outro eu conhecia, mas esse não. Na época eu pensei que {a UPP} fosse uma coisa boa, mas quando ele falou que se a ordem viesse a cair no colo dele, ele ia fazer valer o direito à ordem, então aquilo ali pra gente, acabou.

Anelise: A gente entende a luta pela permanência na Região Portuária como uma luta pelo direito à cidade. Poderíamos pensar nessa relação, não é? Vem UPP, vem as obras para esses eventos, pra essa área portuária. Porto Maravilha pra quem? Os eventos... eles vão passar. E o que fica para o morador da Providência?

M: Ué, gente, eles não gastaram o dinheiro que foi dado? Não destruí a única praça que tinha na comunidade? Então, ele tem que botar esse elefantinho branco para funcionar. Quanto ao plano inclinado, não precisa, eles podem fazer um elevador panorâmico. Pavão Pavãozinho tem um elevador panorâmico. O plano inclinado do Santa Marta ficou parado seis meses. É obrigação do Seu prefeito agora botar o elefantinho branco, que virou cinza, para funcionar.

Rachel: Retomando a nossa provocação na pergunta anterior, você falou ainda há pouco que os moradores, eles querem permanecer nas suas casas. Então você acha que a luta de vocês para permanecer aqui é também uma luta pelo direito à cidade?

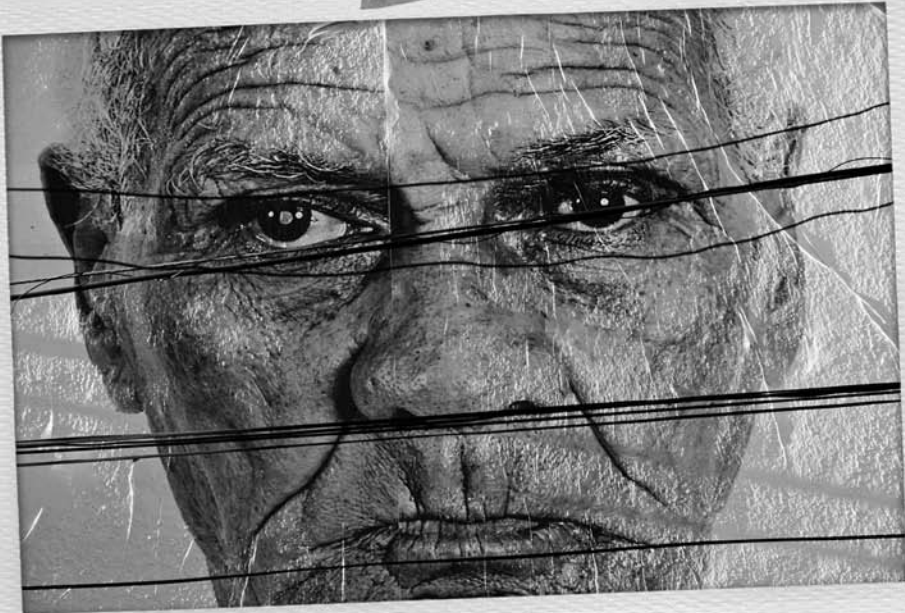
M: Com certeza. É uma luta a moradia dentro da cidade. Por isso que nós temos assim. Eu sou uma deficiente visual. Eu não nasci assim, eu fiquei. Aqui dentro da minha comunidade eu ando em tudo quanto é lugar, na rua eu tenho dificuldade. Agora, eu saio daqui, eu vou morar num lugar que eu não conheço? Eu vou me atrofiar. Assim como eu, tem muitas pessoas. Eu fico pensando aqui... Eu não me imagino fora desse lugar. Eu sei que um dia eu vou morrer, mas fora daqui... Isso aqui é tudo de bom, gente! Isso aqui é uma comunidade, você vê assim, não tem aquela união que a gente precisa, mas na hora do socorro sempre tem uma mão amiga. Eu não me imagino fora daqui. Me dá até tristeza, sabe, imaginar que eu tô nessa luta toda e no final... “infelizmente, tu vai ter que sair”. Eu falei pro meu filho: “Ah, me mata de uma vez”. Mas eu não vou pensar no negativo não, eu vou pensar no positivo. A luta continua.

Anelise: Você quer dizer mais alguma coisa?

M: Olha, gente, a única coisa que eu quero dizer... eu agradeço a vocês todos, o apoio que vocês têm dado à gente. É só agradecer e pedir a Deus muita luz no caminho de vocês, na vida de vocês e que vocês continuem com essa luta junto com a gente.

Fotografar a zona portuária: um relato de experiência

Luiz Baltar¹



Intervenção artística no Morro da Providência
Luiz Baltar

É difícil traduzir em palavras a alegria das crianças correndo em frente à Igreja de Nossa Senhora da Penha, a agitação dos moradores subindo e descendo a imponente escadaria da favela, o sacrifício dos moradores em levar para o alto a pedra e o tijolo que melhoram as suas casas. Mesmo quando tentamos traduzir esses sentimentos em imagens, vemos que é impossível fotografar o cheiro da água e do sabão das roupas recém-lavadas nos finais de semana, estendidas no chão ou no varal para secagem, da música alta que embala as faxinas e invade as ruelas. O meu desejo ao fotografar o Morro da Favela – como os moradores gostam de chamar o Morro da Providência – é um desejo de mostrar um pouco do cotidiano e da maneira simples de viver que ainda existe na Região Portuária do Rio de Janeiro; em mostrar como essa simplicidade é, também, uma luta pelo direito à moradia.

O meu primeiro encontro com a Providência e seu povo foi em uma rápida visita em 2009. Fiquei deslumbrado com a paisagem e com vontade de fotografar a cidade do alto dos seus mirantes. A oportunidade só veio em 2011, quando participei de um almoço de apoio ao pré-vestibular comunitário Machado de Assis. Em uma caminhada pela comunidade notei o grande número de casas marcadas com a sigla SMH. Perguntando aos moradores sobre o que significava, percebi que havia muita desinformação, dúvidas e medo das remoções anunciadas pela Secretaria Municipal de Habitação.

Em julho de 2011, lideranças dos moradores convocaram a comunidade e apoiadores para um café da manhã na quadra esportiva Américo Brum, principal espaço de convivência e lazer do Morro da Providência. A intenção era chamar a atenção para a demolição da quadra e convidar os moradores a resistir ao início das obras do projeto Porto Maravilha. No entanto, um gran-

1 Luiz Baltar é fotógrafo, ilustrador e diagramador. [www.flickr.com/photos/luizbaltar]

de número de policiais fortemente armados intimidaram e deixaram claro a todos nós a intenção de reprimir qualquer resistência.

A divulgação do registro fotográfico dessa manifestação e do controle militar imposto pela UPP foi a minha primeira contribuição para a luta que ali começava. O registro faz parte da documentação que venho desenvolvendo desde então, em algumas comunidades ameaçadas de remoção, o Projeto “Tem Morador”.

O Projeto “Tem Morador” surgiu com o objetivo de: acompanhar o processo de “modernização” do Rio de Janeiro, documentando as transformações em curso na Zona Portuária (Projetos Porto Maravilha, Porto Olímpico e o Morar Carioca) e seu impacto sobre as ocupações da região; e de dar visibilidade às lutas de resistência e o cotidiano das comunidades ameaçadas de remoção.

Se no começo o foco era a denúncia de violações, hoje procuro desenvolver um trabalho mais autoral, mostrando a beleza e dignidade dos moradores. Tanto do ponto de vista estético quanto do ponto de vista documental, é preciso buscar uma perspectiva diferente para retratar a atual política e principalmente criar empatia entre o espectador e os moradores.

Acredito que uma boa fotografia acontece quando uma série de encontros (às vezes improváveis) se apresentam entre: o olhar do fotógrafo, a carga emocional transmitida pelos personagens, a paisagem, as situações vividas, além da imprescindível sensibilidade do espectador. O desafio é conseguir criar e recriar esses encontros nas fotografias realizadas deles. Nessa busca, vivi momentos incríveis, fiz muitos amigos e estou sempre aprendendo.

Realização



FASE

Apoio



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-86471-76-6



9 78-85-86 471-76-6